

Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Flávia Simões Viana

A publicação do Relato Integrado em Portugal: estudo do caso da LIPOR

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Contabilidade

Trabalho efetuado sob a orientação de:
Professora Filomena Antunes Brás

janeiro de 2024

Despacho RT - 31 /2019 - Anexo 3

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações

CC BY-NC-ND

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

AGRADECIMENTOS

Escrever estas palavras é um momento de profunda reflexão e gratidão. Ao olhar para trás, percebo que esta jornada foi muito mais do que apenas um desafio académico, foi uma jornada de crescimento pessoal, determinação e perseverança. Houve momentos em que pensei desistir, em que as dúvidas e os obstáculos pareciam insuperáveis, mas foi precisamente nesses momentos que a força e o apoio da minha família e amigos brilharam mais intensamente.

Primeiramente, gostaria de agradecer à minha orientadora, Filomena Antunes Brás, pela orientação excecional, apoio incansável e *insights* valiosos ao longo deste processo. A sua dedicação e compromisso com a minha pesquisa foram fundamentais para o sucesso deste projeto.

A minha gratidão estende-se à minha família e amigos, que estiveram ao meu lado durante toda a jornada académica, oferecendo apoio emocional e incentivo quando mais precisei. São a minha base, fonte de inspiração e porto seguro.

Às instituições Universidade do Minho e LIPOR - Associação de Municípios para a Gestão Sustentável de Resíduos do Grande Porto agradeço pela infraestrutura e recursos que tornaram possível a realização deste estudo.

Além disso, quero agradecer à participante da pesquisa, Maria do Céu, representante da LIPOR para este estudo, cujas contribuições foram fundamentais para a recolha de dados e para o sucesso deste trabalho. A sua generosidade e disposição em compartilhar os seus conhecimentos foram inestimáveis.

Por fim, gostaria de expressar a minha gratidão à comunidade académica, por me inspirar constantemente com o seu trabalho e pesquisa. Espero que esta dissertação contribua de alguma forma para o avanço do conhecimento na nossa área.

Este projeto não teria sido possível sem o apoio e contribuições de todas as pessoas e instituições mencionadas. Estou profundamente grata por cada um de vocês. Obrigada por acreditarem em mim

A todos, o meu muito obrigada.

Despacho RT - 31 /2019 - Anexo 4

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

RESUMO

Esta dissertação investiga as motivações da empresa LIPOR para a adoção do relato integrado (RI), descreve o processo de preparação do RI, identifica os desafios enfrentados durante o seu desenvolvimento e avalia o impacto do RI do *Value Reporting Foundation* (VRF) nos processos internos da empresa, incluindo uma análise aprofundada de conformidade.

Fez-se uma análise qualitativa, através de um estudo de caso, com base na análise de relatórios e numa entrevista com um representante da LIPOR, uma empresa líder em sustentabilidade e responsabilidade corporativa em Portugal, conhecida pelo compromisso com o modelo de RI do VRF.

O caso de estudo em questão revelou que a sua motivação para a produção do RI decorre do compromisso com a transparência e fornecimento de informações abrangentes e relevantes para as partes interessadas, assim como na adaptação às atuais tendências de reporte. Reconhece-se a importância de consolidar dimensões financeiras e não financeiras num único relatório, alinhado com a abordagem do VRF. A preparação do RI na LIPOR envolve um esforço colaborativo com a equipa de sustentabilidade e responsabilidade corporativa, aderindo aos princípios da norma AA1000 e mantém processos bem definidos para integrar informações de várias fontes.

Destacam-se vários desafios, incluindo a necessidade de realizar ajustes e melhorias nos processos e documentos devido à evolução do modelo do VRF e à complexidade de reconciliar informações financeiras e não financeiras num único relatório. Isso inclui a gestão da materialidade e aprimoração da redação do documento de RI, ainda que a adoção do modelo não tenha introduzido mudanças substanciais nos processos internos existentes, conforme evidenciado pela análise. A adaptação às mudanças e a garantia de consistência ao longo do tempo permanecem cruciais para a organização. A conformidade do modelo de RI do VRF com a Diretiva 2014/95/EU não foi avaliada, pois a LIPOR, com cerca de 200 trabalhadores, está isenta das obrigações específicas de divulgação dessa diretiva dado que não satisfaz os requisitos para ser uma entidade de interesse público, com mais de 500 trabalhadores. Também se identificou uma evolução nos processos internos da LIPOR relacionados com a produção de informação, enfatizando a qualidade e consistência do RI.

Em síntese, este estudo de caso fornece informação relevante sobre o desenvolvimento do RI no âmbito do modelo do VRF. As descobertas, contextualizadas no cenário singular da LIPOR, evidenciam os desafios específicos enfrentados pela organização e a sua conformidade com as regulamentações pertinentes. Esta pesquisa pode beneficiar outras empresas que estejam a considerar a adoção do RI nos seus processos de comunicação de sustentabilidade e responsabilidade corporativa.

Palavras-chave: Relato Integrado; Responsabilidade Corporativa; *Value Reporting Foundation*; Transparência.

ABSTRACT

This dissertation investigates the motivations of the company LIPOR for adopting Integrated Reporting (IR), describes the IR preparation process, identifies challenges faced during its development and evaluates the impact of the Value Reporting Foundation (VRF) IR on internal processes of the company, including an in-depth compliance analysis.

A qualitative analysis was carried out through a case study based on report analysis and an interview with a representative of LIPOR, a leading company in sustainability and corporate responsibility in Portugal, known for its commitment to the VRF IR model.

The case study in question revealed that its motivation for producing the IR stems from its commitment to transparency and providing comprehensive and relevant information to interested parties, as well as adapting to current reporting trends. The importance of consolidating financial and non-financial dimensions in a single report, aligned with the VRF approach, is recognized. IR preparation at LIPOR involves a collaborative effort with the sustainability and corporate responsibility team, adhering to the principles of the AA1000 standard and maintaining well-defined processes to integrate information from various sources.

Several challenges stand out, including the need to adjust and improve processes and documents due to the evolution of the VRF model and the complexity of reconciling financial and non-financial information in a single report. This includes materiality management and improving the wording of the IR document, even though the adoption of the model has not introduced substantial changes to existing internal processes, as evidenced by the analysis. Adapting to change and ensuring consistency over time remains crucial for the organization. The compliance of the VRF's IR model with Directive 2014/95/EU was not assessed, as LIPOR, with around 200 employees, is exempt from the specific disclosure obligations of this directive due to not reaching the threshold established to be a public interest entity with more than 500 workers. An evolution was also identified in LIPOR's internal processes related to the production of information, emphasizing the quality and consistency of IR.

To sum up, this case study provides relevant information about the development of IR within the scope of the VRF model. The findings, contextualized in LIPOR's unique scenario, highlight the specific challenges faced by the organization and its compliance with relevant regulations. This research can benefit other companies that are considering the adoption of IR in their sustainability and corporate responsibility communication processes.

Keywords: Integrated Reporting; Corporate Responsibility; Value Reporting Foundation; Transparency.

ÍNDICE

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS	ii
AGRADECIMENTOS	iii
DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE.....	iv
RESUMO	v
ABSTRACT	vii
LISTA DE ABREVIATURAS	x
ÍNDICE DE FIGURAS.....	xi
ÍNDICE DE TABELAS	xii
1. Introdução	13
1.1. Justificação do estudo	13
1.2. Objetivos do estudo.....	14
1.3. Questões de investigação	14
1.4. Estrutura do estudo.....	15
2. O Relato Integrado – Enquadramento, Modelo e Revisão de Literatura	16
2.1. O Relato Integrado	16
2.2. Evolução histórica do relato integrado apresentado pelo VRF	17
2.3. O modelo proposto pelo IIRC.....	19
2.3.1. Conteúdo.....	21
2.3.2. Princípios.....	24
2.3.3. Elementos integrados.....	25
2.4. Prós e contras ao modelo de relato integrado apresentado pelo IIRC.....	27
2.5. Aplicação do Relato Integrado no setor público	28
3. O Relato Integrado, a Diretiva 2014/95/UE e a Norma AA1000	31
3.1. Diretiva 2014/95/UE.....	31
3.2. Convergência do modelo proposto pelo IIRC com a Diretiva 2014/95/UE.....	32
3.3. A Norma AA1000.....	34
4. Metodologia	37
4.1. Apresentação da empresa alvo de estudo de caso - LIPOR.....	38
4.2. Metodologia para a aplicação prática do modelo RI pela LIPOR.....	40
4.3. A Entrevista.....	42
5. Apresentação dos resultados.....	45
5.1. <i>Stakeholders</i> da LIPOR.....	45
5.2. Análise dos relatórios integrados	48

5.2.1. Aplicação prática do modelo RI pela LIPOR.....	48
5.3. Entrevista.....	56
5.3.1. Análise do Processo de Preparação do Relato Integrado na LIPOR	57
5.3.2. Os benefícios da validação e verificação no RI da LIPOR	59
5.3.3. Evolução e desafios na elaboração do RI	61
5.3.4. Responsáveis e planeamento do processo	63
5.3.5. Desenvolvimento de processos internos.....	63
5.3.6. Impacto do RI na relação com os <i>stakeholders</i>	64
5.3.7. Transparência e envolvimento das partes interessadas	64
6. Discussão dos resultados	66
7. Conclusão.....	69
8. Apêndices.....	72
8.1. Apêndice A – Guião de entrevista	72
8.2. Apêndice B – Consentimento da Entrevista.....	74
9. Referências.....	75
10. Anexos.....	80
10.1. Anexo A – Sumário das Exigências <IR>	80
10.2. Anexo B – Mapeamento dos <i>Stakeholders</i>	83

LISTA DE ABREVIATURAS

A4S	<i>Accounting for Sustainability</i>
CDSB	<i>Climate Disclosure Standards Board</i>
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
COP26	26.ª Conferência das Partes
GRI	<i>Global Reporting Initiative</i>
ICAEW	<i>Institute of Chartered Accountants na Inglaterra e País de Gales</i>
IFRS Foundation	<i>International Financial Reporting Standards Foundation</i>
IIRC	<i>International Integrated Reporting Council</i>
ISSB	<i>International Sustainability Standards Board</i>
KPI	<i>Key Performance Indicator</i>
RI	Relato Integrado
RS	Relatório de Sustentabilidade
SASB	<i>Sustainability Accounting Standards Board</i>
UE	União Europeia
VRF	<i>Value Reporting Foundation</i>

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – O processo de criação de valor ao longo do tempo.....	22
Figura 2 - Use of <IRF> versus GRI in Europe 2012-2018	33
Figura 3 - Organograma LIPOR	39
Figura 4 - Partes Interessadas	46
Figura 5 - Matriz de influência-dependência	46

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - N.º de trabalhadores da LIPOR	40
Tabela 2 - Índice de conformidade da LIPOR com o modelo de RI do VRF/IIRC	48

1. Introdução

1.1. Justificação do estudo

O relato integrado (RI) tem vindo a conquistar visibilidade no mundo empresarial, sendo considerado um instrumento oportuno para a comunicação da estratégia e desempenho das organizações (Caraiani et al., 2018; Burke & Clark, 2019).

A razão primordial para a realização deste estudo prende-se com o facto de a literatura existente acerca do modelo de RI apresentado pelo *International Integrated Reporting Council* (IIRC) encontrar-se num estágio inicial de desenvolvimento, visto ser um tema relativamente recente. Não se conhece, pelo menos em Portugal, qualquer estudo que responda a questões, tais como: Que dificuldades as empresas apresentam na elaboração de um RI? Quem o faz? Como o preparam? Como articulam num único documento a informação relativa à empresa como um todo sem perder coerência?

É de salientar que, atualmente, não se fala de IIRC, mas sim de *Value Reporting Foundation* (VRF), alteração esta que será melhor explicada ao longo do estudo.

Esta dissertação de mestrado concentra-se na análise aprofundada de uma empresa em particular, a LIPOR. O objetivo primordial é investigar as principais complexidades que a LIPOR enfrenta ao elaborar e divulgar o RI pelo VRF, examinando de perto o contexto singular desta organização no que diz respeito às práticas de divulgação.

É imperativo destacar que, embora a LIPOR não esteja sujeita à demonstração não financeira exigida pela Diretiva 2014/95/UE, transposta em Portugal pelo Decreto-Lei nº 89/2017 de 28 de julho, a decisão de adotar o RI é uma escolha estratégica que merece uma análise aprofundada.

Ao examinar a LIPOR como um caso específico, procura-se fornecer uma compreensão mais completa das motivações e desafios enfrentados por uma empresa que, embora não obrigada por regulamentação, opta por adotar práticas de divulgação avançadas. Assim, este estudo de caso visa preencher uma lacuna na literatura, oferecendo uma visão aprofundada do processo decisório e das implicações práticas da elaboração do RI, mesmo em situações em que obrigações regulatórias diretas podem não se aplicar.

Há ainda muito a entender, particularmente no que toca à aplicação prática do modelo de relato integrado da VRF. A estrutura deste relato e respetivos princípios já são utilizados em 75 países, com vista à promoção da comunicação sobre criação e preservação de valor (IFRS Foundation, 2023). Por consequência, pretendemos perceber o que leva a empresa em estudo à produção e publicação do RI, qual a sua motivação. Para além disso, saber quem dá início ao processo de tornar a elaboração do RI

um objetivo da empresa e, conseqüentemente, quem o elabora e, a ser uma equipa, como são planeadas as tarefas e como é conduzido todo o processo.

Também queremos compreender se a opção da empresa pela elaboração do RI do modelo do VRF levou ao desenvolvimento de processos internos de produção/preparação de informação de forma mais formal e que processos são esses.

O fundamental deste estudo será apontar as dificuldades sentidas na elaboração desse relato e que vantagens se apresentam para essa mesma elaboração, visto que o RI é percebido como uma recente interpelação de relato, sendo uma evolução na própria contabilidade.

Portanto, a investigação será qualitativa na medida em que será realizada através de entrevistas e em que se procura interpretar como a empresa selecionada para o estudo atua em relação ao modelo teórico apresentado pelo VRF.

1.2. Objetivos do estudo

A presente dissertação tem como objetivo geral compreender o processo de aplicação prática do modelo de relato integrado do IIRC, através do estudo de um caso: a LIPOR. Assim, os objetivos primordiais passam por avaliar a conformidade dos relatos integrados da LIPOR de 2019 a 2022 com a *framework* do IIRC, identificar áreas de convergência e destacar pontos específicos de alinhamento, identificar os motivos pelos quais a LIPOR publica um relato integrado, descrever o processo de elaboração do relato integrado e identificar as dificuldades enfrentadas na elaboração do relato integrado.

1.3. Questões de investigação

Deste modo, e para alcançar os objetivos referidos, a questão de investigação geral é *Como a LIPOR aplica a framework do relato integrado do IIRC?*. A partir desta questão geral, várias questões específicas são identificadas:

- 1- Em que medida a LIPOR adere aos princípios e diretrizes da *framework* de RI do IIRC nos seus relatos integrados referentes ao período de 2019 a 2022?
- 2- Quais são as áreas de convergência entre a abordagem adotada pela LIPOR nos seus relatos integrados e a *framework* de RI do IIRC?
- 3- Quais são os motivos inerentes à elaboração do relato integrado por parte da LIPOR?
- 4- Como se processa a elaboração de um relato integrado?
- 5- Quais as dificuldades enfrentadas pela LIPOR na elaboração do relato integrado?

1.4. Estrutura do estudo

Depois de introdução e apresentação geral desta dissertação, o capítulo 2 apresenta a revisão de literatura, contextualizando e apresentando o modelo de RI proposto pelo VRF/IIRC. Faz-se um enquadramento geral acerca do relato integrado e apresenta-se a evolução histórica do relato integrado apresentado pelo VRF. No mesmo capítulo, apresenta-se o modelo proposto pelo IIRC e prós e contras que alguns autores foram discutindo e fala-se da aplicação do RI no setor público. Tendo em conta que a dissertação trata uma empresa pública, faz-se referência à aplicação do RI no setor público.

No capítulo 3 são analisados o RI em relação à Diretiva 2014/95/UE e à Norma AA1000, destacando a convergência entre o modelo proposto pelo IIRC e a diretiva, além dos princípios da Norma AA1000.

O capítulo 4 descreve a metodologia do estudo, incluindo a apresentação da empresa alvo de estudo, a abordagem para a aplicação do modelo RI pela LIPOR e os detalhes da entrevista realizada.

No capítulo 5, são apresentados os resultados da pesquisa, incluindo uma análise dos *stakeholders* da LIPOR, dos relatos integrados produzidos pela empresa e dos dados da entrevista.

No capítulo 6, os resultados são discutidos, destacando-se as principais conclusões e implicações para a prática e pesquisa futuras.

2. O Relato Integrado – Enquadramento, Modelo e Revisão de Literatura

2.1. O Relato Integrado

A análise do relato integrado nesta dissertação inicia-se com uma contextualização mais ampla do conceito. Historicamente, as organizações divulgavam informações sobre sustentabilidade, responsabilidade social corporativa e finanças de forma separada. Este fenómeno evoluiu ao longo do tempo, culminando na emergência do Relato (Erol & Demirel, 2016; Caraianni et al., 2018; La Torre et al., 2020; de Graaff et al., 2023).

No início, os relatos sociais e ambientais ocorriam, nomeadamente, através de divulgações nos relatos anuais (financeiros) que forneciam substancialmente informações sobre o desempenho financeiro. Contudo, nas últimas duas décadas, essa prática evoluiu para relatos independentes divulgados através de vários canais de distribuição, tal como websites (Cho et al., 2009; de Villiers et al., 2014).

Observou-se que os relatos não financeiros progrediram de relatos com uma só questão (ambiental) para relatos *multi-issue*. E estes estão a avançar para o RI, que é descrito como um “relato de sustentabilidade integrado ao relato financeiro ou anual”. Menciona-se, também, que será um dos principais tópicos de discussão sobre o futuro dos relatos de sustentabilidade (Iona & Adriana, 2013; Lohar & Soral, 2017).

À medida que o interesse académico pelo RI aumenta, os vários estudos que têm vindo a ser realizados podem fornecer aos académicos, reguladores e organizações informações imprescindíveis para o “desenvolvimento futuro de políticas e práticas” (de Villiers et al., 2014).

A crescente evolução da política de relatos integrados e as primeiras evoluções da sua prática expõem desafios devido às diversas formas pelas quais o RI é percecionado e entendido dentro das organizações (de Villiers et al., 2014).

Esch et al. (2019) comprovaram que uma base integrada de informações leva a decisões com maior criação de valor sustentável, pelo que as informações dos relatos integrados têm implicações na tomada de decisão interna. Desta forma, tem-se acesso a uma “visão mais abrangente do impacto da estratégia da empresa” e as empresas que fornecem estas informações são capazes de reter investidores por mais tempo (Serafeim, 2015; de Villiers et al., 2017).

Hoque (2017) observa o RI como um instrumento relevante para as organizações e diz ser o modo mais competente para se comunicar com as partes interessadas e, por conseguinte, coopera na evolução da estratégia.

Dumay & Dai (2017), concluíram, também, que o facto de uma empresa realizar um RI permite-lhes que fiquem com uma “visão mais clara da informação” e que localizem as limitações/dificuldades nos seus planos estratégicos. Para isso, estudaram um pequeno banco australiano que participa no IIRC’s Pilot Programme Business Network, recorrendo a entrevistas semiestruturadas e pretendiam estudar se “o pensamento integrado se desenvolve conforme defendido pelo IIRC”.

Stent & Dowler (2015) afirmam, após um estudo realizado com entidades da Nova Zelândia, que os processos de relatos anuais carecem da “integração, supervisão e atenção devido às incertezas futuras exigidas pelo RI”. Estas lacunas podem ser críticas para a sustentabilidade e estabilidade financeira.

Atkins et al. (2015) constataram, num estudo com 19 empresas FTSE100 e 20 investidores institucionais do Reino Unido, que os principais gestores de fundos estão a começar a preocupar-se cada vez mais acerca de questões ambientais, sociais e de *governance*.

É exequível que estudos individuais com cerne em relatos integrados providenciem uma imagem mais rica e holística do desenvolvimento de regulamentos de relatos do que quando se estuda o estabelecimento de padrões de contabilidade financeira. Este tipo de estudo pode fornecer informações valiosas para ajudar a informar o progresso de políticas e práticas (de Villiers et al., 2014).

A evolução histórica do RI enuncia a gradual importância que as organizações conferem à transparência e à prestação de contas, em termos financeiros e não financeiros.

É relevante destacar que o objeto de estudo desta dissertação é o modelo proposto pelo IIRC. A escolha deliberada de focar no IIRC visa explorar a abordagem específica que esta entidade promove para a integração das componentes económicas, ambientais e sociais.

Desta forma, ao mencionar o RI neste contexto inicial, faz-se referência à conceção mais ampla do RI como a convergência dessas diferentes facetas, preparando-se uma análise mais aprofundada do modelo proposto pelo IIRC na sequência da dissertação.

2.2. Evolução histórica do relato integrado apresentado pelo VRF

Resultante das modificações na lei, de normas e incentivos corporativos, tem-se vindo a assistir a alterações no modo como as organizações divulgam a sua informação financeira e não financeira (Huang & Watson, 2015).

Inicialmente, estabelece-se, em 2004, o Accounting for Sustainability pelo príncipe de Gales para “ajudar a garantir que não estamos a lutar para enfrentar os desafios do século XXI com, na melhor das hipóteses, sistemas de tomada de decisão e relatos do século XX” (The Prince’s Accounting For Sustainability Project & The Global Reporting Initiative, 2010, p.1) . Esta organização tem três objetivos

centrais: inspirar líderes financeiros a adotar modelos de negócio sustentáveis e resilientes; promover uma abordagem integrada na tomada de decisões financeiras que considere as oportunidades e riscos das questões ambientais e sociais; expandir a ação na comunidade financeira e contábil global (“A4S aims”, A4S Accounting for Sustainability (2022)).

O IIRC (originalmente conhecido como *International Integrated Reporting Committee* e só mais tarde denominado *International Integrated Reporting Council*) forma-se em 2010 pelo *The Prince of Wales’ Accounting for Sustainability Project* (A4S), pela junção do *Global Reporting Initiative* (GRI) e do *International Federation of Accountants*, com a intenção de contribuir para a preparação de informação mais abrangente e compreensível acerca do desenvolvimento total de uma organização. Criava-se, assim, uma estrutura globalmente aceite para um processo que resulte em comunicações por uma organização sobre a criação de valor ao longo do tempo (Deloitte, 2022).

A missão do IIRC é criar uma estrutura que seja universalmente aceite para a sustentabilidade na contabilidade e que reúna informações financeiras, ambientais, sociais e de *governance* num formato claro, consistente e comparável. Está subjacente a ideia da criação de valor ao longo do tempo. Por outras palavras, em direção a um pensamento integrado que forneça um relato mais abrangente e completo do desempenho das organizações do que o disponibilizado pelos relatos ditos tradicionais (International Integrated Reporting Council, 2021).

Há uma crescente necessidade para que as empresas forneçam aos demais *stakeholders* informações não financeiras para além das tradicionais demonstrações financeiras.

Para responder a essa necessidade surge, em 2021, o *International Sustainability Standards Board* (ISSB). O *International Integrated Reporting Council* e o *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB) fundiram-se, em junho de 2021, para formar o atual *Value Reporting Foundation* (VRF) (IFRS Foundation, 2022a).

O VRF fortalece a capacidade das empresas e investidores fundamentarem as suas decisões com a ajuda de três pilares fundamentais: os princípios do pensamento integrado, a estrutura do relato integrado e os padrões SASB. Estas ferramentas têm como objetivo permitir que as organizações passem da aceitação para a implementação. Ao aprimorar a integração entre a estrutura de RI e os padrões SASB, o VRF torna mais simples para as empresas transmitirem a sua estratégia de longo prazo e oferecer uma perspetiva mais completa do desempenho empresarial aos investidores e outras fontes de financiamento. Além disso, o VRF está empenhado em estabelecer um sistema de relatórios mais consistente, colaborando com a fundação IFRS e outros líderes no desenvolvimento de estruturas e padrões em âmbito global (Deloitte, 2021).

Com a fusão do IIRC e do SASB, passou-se a ter uma organização mais ampla e integrada, oferecendo uma imagem mais íntegra do aproveitamento financeiro e sustentável das entidades. O VRF afirma que o tratamento integrado de relatos é indispensável para aprimorar a tomada de decisão, aumentar a confiança com os *stakeholders* e planificar um futuro mais propício e sustentável para todos. O modelo do RI do IIRC foi, então, adotado como principal recurso do VRF (IFRS Foundation, 2022a).

A 3 de novembro de 2021 na conferência climática COP26 (26.ª Conferência das Partes) os responsáveis pela Fundação IFRS anunciam a consolidação da VRF e do *Climate Disclosure Standards Board* (CDSB) na estrutura da Fundação IFRS. Essa ação estratégica visa a unificação das entidades e a convergência de esforços no campo da divulgação de informações financeiras e de sustentabilidade (IFRS Foundation, 2021).

A partir de 1 de julho de 2022, a VRF consolida-se, então, na Fundação IFRS (*International Financial Reporting Standards Foundation*) (IFRS Foundation, 2022). Esta consolidação segue o compromisso assumido na COP26 de consolidar a equipa e os recursos das principais iniciativas globais de divulgação de sustentabilidade para apoiar o trabalho do ISSB (IFRS Foundation, 2022).

Essa consolidação atende à procura do mercado, incluindo empresas e investidores, que procuram simplificar o cenário de divulgação de sustentabilidade. O ISSB, responsável agora pelas normas do SASB, incentiva as empresas e investidores a continuar a apoiar e adotar integralmente os padrões do SASB. As normas SASB do VRF constituem um ponto de partida essencial para o desenvolvimento das normas de divulgação de sustentabilidade da IFRS, enquanto que o modelo do RI estabelece uma conexão significativa entre as demonstrações financeiras e as divulgações financeiras relacionadas com a sustentabilidade (IFRS Foundation, 2022a).

2.3. O modelo proposto pelo IIRC

O RI combina informações financeiras e não financeiras num único relato. É definido pelo IIRC como “um documento conciso sobre como a estratégia, a *governance*, o desempenho e as perspetivas de uma organização, num contexto de ambiente externo, levam à criação de valor no curto, médio e longo prazo”. Ademais, reflete uma forma de comunicação entre a empresa e os seus *stakeholders* (International Integrated Reporting Council, 2021, p.10).

Tal como dito anteriormente, o RI tem vindo a tornar-se influente, principalmente após a publicação da *framework* do RI do *International Integrated Reporting Council* (Conselho Internacional para Relato Integrado, ou IIRC (sigla em inglês)), em dezembro de 2013. A última versão da *framework* data de janeiro de 2022.

O modelo foi originalmente desenvolvido no âmbito do setor privado, englobando empresas de qualquer dimensão com fins lucrativos. No entanto, também pode ser adequadamente adaptado e aplicado conforme necessário tanto pelo setor público quanto por organizações sem fins lucrativos (Deloitte, 2022).

O IIRC expõe quatro vertentes diferentes de relatos fornecidos pelas empresas: demonstrações financeiras tradicionais, comentários da administração, relatos de “governance” e remuneração e relatos de sustentabilidade. O IIRC reitera que estas vertentes devem ser melhor integradas e que o RI exterioriza a conectividade entre os elementos mais materiais das informações expostas em relatos separados, clarificando a criação e sustentação de valor no curto, médio e longo prazo (Flower, 2015).

Assim, torna-se relevante conhecer a estrutura deste modelo.

Há três conceitos subjacentes ao RI: criação, preservação ou diminuição de valor tanto para a organização como para terceiros; os diversos capitais envolvidos; e o processo através do qual o valor é criado, mantido ou reduzido (Deloitte, 2022).

O modelo é composto por três elementos principais: conteúdo, princípios e elementos integrados (International Integrated Reporting Council, 2021). Estes estão discriminados a seguir.

O **conteúdo** do RI organiza-se em torno de 6 capitais (financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social e de relacionamento e natural) que refletem os recursos e relacionamentos utilizados por uma organização para criar valor e longo prazo. Ademais, compreende a estratégia da organização, governança corporativa, riscos e oportunidades e perspectivas futuras.

Os **princípios** são os fundamentos da estrutura e encaminham a laboração do RI. Por outras palavras, são os princípios básicos que sustentam a construção de um RI, sendo estes: *foco estratégico e orientação para o futuro; conectividade da informação; relações com as partes interessadas; materialidade (relevância); concisão; confiabilidade e completude (equilíbrio entre conteúdo e contexto); coerência e comparabilidade.*

A par destes princípios surgem os oito **elementos integrados** que estão relacionados e não são mutuamente exclusivos. Representam as ligações entre as diversas informações do RI. São estes: *visão geral organizacional e ambiente externo; governance; modelo de negócio; riscos e oportunidades; estratégia e alocação de recursos; desempenho; perspectivas futuras; base para preparação e apresentação (do relato integrado).*

O modelo explana como uma organização gera valor no decurso do tempo, valor este influenciado pelas relações com os demais *stakeholders*. Oferece uma visão alargada do ambiente externo, dos recursos e relações afetados pela organização, que na estrutura da *framework* mencionada são

denominados de “capitais” (financeiros, manufaturados, intelectuais, humanos, sociais e de relacionamento, e naturais). Estes capitais combinam informações quantitativas e qualitativas. Para além disso, o modelo apresenta a interação da organização com o ambiente externo e com os capitais de forma a explicar aos provedores de capital financeiro como uma organização cria valor a curto, médio e longo prazo (International Integrated Reporting Council, 2021).

Não menos importante, o modelo realça a importância da comunicação clara e concisa, com recurso a linguagem compreensível e visualização de dados para melhor compreensão por parte dos *stakeholders* do desempenho e criação de valor ao longo do tempo da organização.

2.3.1. Conteúdo

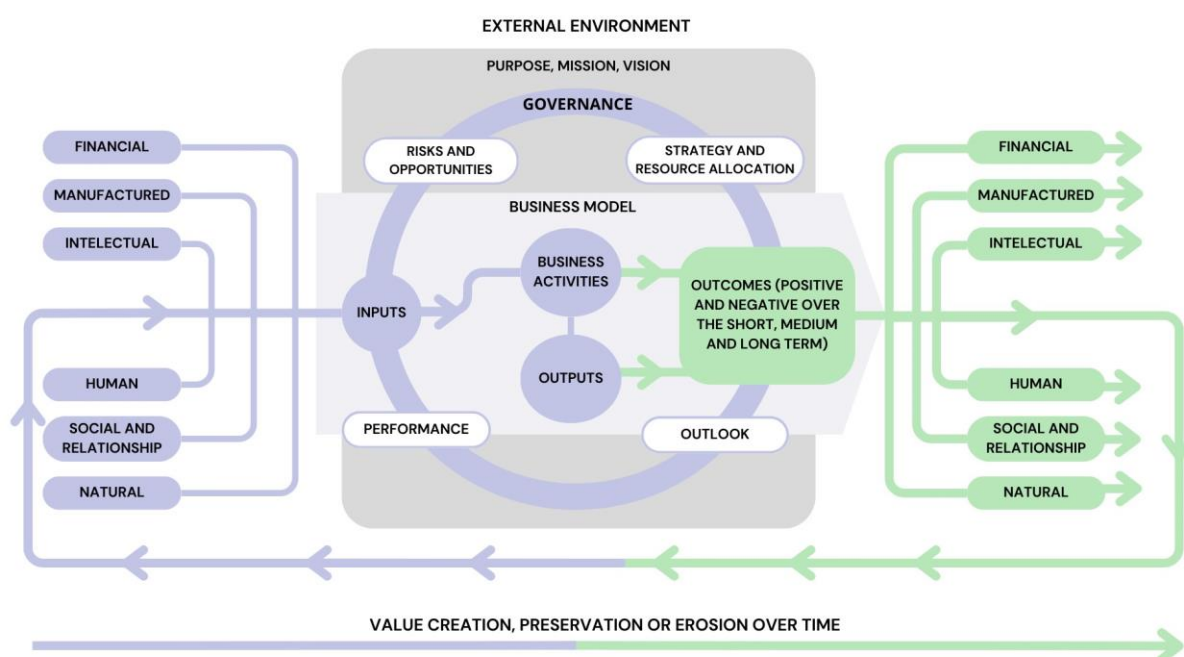
Os **capitais** representam os recursos e relacionamentos utilizados pela organização para criar valor a longo prazo. A seguir descrevem-se estes:

1. **Capital financeiro:** é o conjunto de recursos financeiros que uma organização possui ou tem acesso para a produção de bens e prestação de serviços. É o capital mais frequentemente relatado pelas empresas nos seus relatos financeiros e inclui o património líquido, dívida, caixa, investimentos e outras fontes de financiamento;
2. **Capital manufaturado:** corresponde aos recursos físicos criados por outras organizações ou pela própria para a produção de bens e prestação de serviços para a criação de valor (edifícios, equipamentos, infraestruturas e máquinas).
3. **Capital intelectual:** são os ativos intangíveis da organização para a criação de valor. Inclui a “propriedade intelectual” (patentes, direitos autorais, marcas registadas, tecnologia e licenças) e “capital organizacional” (conhecimento tácito, design, procedimentos e protocolos, capital humano e pesquisa e desenvolvimento).
4. **Capital humano:** engloba as aptidões, experiência, conhecimentos, lealdade e motivações dos funcionários para inovar processos, bens e serviços, bem como a capacidade de liderar, gerir, colaborar e de compromisso para com os objetivos da empresa.
5. **Capital social e de relacionamento:** abrange os valores e comportamentos comuns, relações, confiança e compromisso com as demais partes interessadas (fornecedores, clientes, reguladores, governo, etc.), assim como os benefícios intangíveis associados tal como a reputação e credibilidade da marca a longo prazo.

6. **Capital natural:** compreende os recursos ambientais renováveis e não renováveis e processos ambientais essenciais para a sua atividade que suportam o passado e presente focando na prosperidade futura, como água, ar, solo, minerais, energia e biodiversidade.

Denota-se que estes capitais não são na íntegra aplicados a todas as organizações, pois apesar de a maioria destas interagir com todos os capitais, esta interação pode ser tão insignificante ou indireta que não justifica a incorporação de todos no RI. No entanto, ao reportá-los reforça-se a visão mais abrangente do desempenho organizacional e criação de valor.

Figura 1 – O processo de criação de valor ao longo do tempo



Fonte: International Integrated Reporting Council (2021, p. 22)

No contexto do relato integrado, o conceito de valor é subjetivo, o que explica a falta de uma definição única de “criação de valor”. O VRF, com o seu modelo, incentiva os diversos tipos de organizações a desenvolver a sua própria interpretação de valor, tendo em conta as necessidades e interesses das diferentes partes interessadas e reconhecendo que o valor para a organização também afeta outras partes. No entanto, a estrutura de RI do VRF não requer que a criação de valor seja quantificada, pois esta avaliação é realizada por terceiros com base nas informações fornecidas no relato. É essencial, portanto, compreender como o modelo de negócios converte recursos e relações (ou capitais) em produtos, serviços, subprodutos e resíduos. Apesar de RI não exigir uma definição de valor específica, o processo interno de definição da proposta de valor da organização cria um entendimento coletivo, facilitando a elaboração do relato (IFRS Foundation, 2022).

O processo de criação de valor descrito pelo modelo envolve as seguintes etapas:

1. **Fundamentos e condições base:** esta etapa envolve a compreensão dos recursos e relações que uma organização utiliza e mantém ao longo do tempo. Isso inclui identificar os principais recursos financeiros, humanos, intelectuais, sociais e naturais que a organização utiliza para criar valor.
2. **Oportunidades e riscos:** nesta etapa, a organização avalia as oportunidades e riscos associados aos diferentes tipos de capital que utiliza. Isso envolve identificar as tendências e os desafios externos que podem afetar a capacidade da organização de criar valor, bem como as oportunidades internas para inovação e melhoria.
3. **Estratégia e alocação de recursos:** com base nas informações obtidas nas etapas anteriores, a organização desenvolve a sua estratégia de criação de valor. Isso inclui a definição de metas e objetivos claros, bem como a alocação de recursos para atividades e iniciativas específicas que impulsionem a criação de valor a longo prazo.
4. **Desempenho:** nesta etapa, a organização monitoriza e avalia o seu desempenho em relação aos objetivos estabelecidos. Isso envolve a recolha de informações financeiras e não financeiras relevantes, bem como a mensuração do progresso em direção à criação de valor ao longo do tempo.
5. **Perspetiva e governança:** a organização considera diferentes perspetivas de *stakeholders* e seus interesses ao relatar a sua criação de valor. Além disso, a governança efetiva desempenha um papel importante na condução do processo de criação de valor, garantindo a tomada de decisões informadas e responsáveis.
6. **Comunicação:** a etapa final envolve a comunicação clara e abrangente da criação de valor da organização através do RI. Isso inclui a apresentação de informações financeiras e não financeiras relevantes de forma conectada e compreensível, permitindo que os *stakeholders* entendam o desempenho da organização, a sua estratégia e os impactos gerados.

Esta é uma descrição geral do processo de criação de valor apresentado no modelo. A implementação prática pode variar de acordo com as características e necessidades específicas de cada organização (International Integrated Reporting Council, 2021).

A estrutura apresentada pelo IIRC não exige que um relato integrado adote as categorias de capitais mencionadas acima nem que seja estruturado na linha dos capitais. Não obstante, as categorias anteriormente identificadas devem servir como suporte teórico da noção de criação de valor e como

diretriz que certifique que as organizações têm em conta todo o capital utilizado ou afetado por elas. Tudo isto independentemente da forma como os capitais são categorizados.

2.3.2. Princípios

Os **princípios** básicos do modelo de relato integrado do IIRC orientam-no no sentido em que são fundamentais para o seu desenvolvimento. Esses princípios são abaixo descritos.

1. **Foco estratégico e orientação para o futuro:** o RI deve refletir uma perspetiva de longo prazo da organização, considerando os desafios e oportunidades necessários para a sua continuidade e criação de valor sustentável.
2. **Conectividade da informação:** o RI deve mostrar como a informação financeira e não financeira está interconectada e como leva à já mencionada criação de valor a longo prazo, evitando a visão fragmentada da organização.
3. **Relações com as partes interessadas:** o RI deve transparecer em que medida os interesses e necessidades dos diferentes grupos de interesse são respondidos, visto que o valor de uma empresa é influenciado pelo ambiente externo criado através destas relações. A informação deve ser relevante na medida em que ajude na tomada de decisão.
4. **Materialidade:** o RI deve divulgar informação relevante para a tomada de decisão, abordando assuntos que permitam a avaliação da capacidade da organização em gerar valor a longo prazo, com impacto significativo no seu futuro.
5. **Concisão:** o RI deve fornecer informações de forma clara e concisa, de forma a que todos os *stakeholders* compreendam a informação e a interpretem corretamente, utilizando linguagem simples. Procura-se atingir um ponto de equilíbrio entre a concisão e os demais princípios, nomeadamente a confiabilidade e completude e a coerência e comparabilidade.
6. **Confiabilidade e completude:** o conteúdo do RI deve ser suportado por evidências internas ou por fontes externas, de forma a ser visto com maior credibilidade. Deve existir um equilíbrio entre o conteúdo e o contexto, sendo relevante perceber qual o meio em que a organização opera (económico, social, ambiental e regulatório). A confiabilidade é maior recorrendo a mecanismos como sistemas internos de controle, contacto com as partes interessadas e auditoria interna, por exemplo.
7. **Coerência e comparabilidade:** o RI deve ser consistente ao longo do tempo, permitindo a comparação da conduta da organização com outras organizações, favorecendo a sua análise.

Estes princípios fornecem as diretrizes e parâmetros basilares para a elaboração de relatos integrados de qualidade capazes de revelar devidamente o desempenho e criação de valor sustentável das organizações. Ajudam a cumprir a missão do IIRC em promover uma imagem abrangente e integrada do desempenho de uma organização na comunicação com as demais partes interessadas.

2.3.3. Elementos integrados

Os **elementos integrados** são interdependentes e conectados, cumprindo o propósito de se obter uma imagem integrada e abrangente da organização. São eles:

1. **Visão geral organizacional e ambiente externo:** um RI deve fornecer informação que contextualize a organização no restante relato acerca da identidade, estrutura e suas atividades. Para além disso, apresentar a sua missão, valores, produtos e serviços e também a sua composição. Ou seja, informações quantitativas tais como o número de colaboradores, receita e principais mercados em que atua. No que diz respeito ao ambiente externo, devem ser apresentados os fatores externos que a afetam, tal como as tendências do mercado, mudanças tecnológicas, ambiente macro e microeconómico, desafios ambientais, mudanças demográficas, ambiente legislativo e regulatório, ambiente político e outros que podem influenciar a capacidade de a organização implementar a sua estratégia;
2. **Governança corporativa** (*governance*): um RI deve responder a como a sua estrutura de liderança e estratégia estão ligadas à criação de valor. A governança corporativa refere-se ao conjunto de práticas que apoiam a sua capacidade de gerar valor sustentável, que são utilizadas para dirigir e controlar uma organização. Engloba a responsabilidade de todos os órgãos de administração, das partes interessadas e do órgão de prestação de contas. Ademais, inclui informações sobre os seus objetivos, metas, diversidade da organização, cultura, valores e ética
3. **Modelo de negócio:** apresenta como a organização cria valor sustentável a longo prazo. É “o sistema de transformação [de uma organização] de insumos através das suas atividades empresariais, em produtos e impactos que visam cumprir os propósitos estratégicos da organização e gerar valor no curto, médio e longo prazo”. Descreve, então, o modelo de negócio incluindo os principais recursos utilizados e as relações com os *stakeholders*. Por outras palavras, pormenoriza o modo como a organização opera e como procura alcançar os seus objetivos financeiros e alvejar valor para todos os interessados. É imprescindível para perceber como a organização utiliza os capitais para aproximar-se dos

seus objetivos estratégicos, como interage com os clientes, como gere os seus recursos e compete com os desafios do mercado

4. **Oportunidades e riscos:** este elemento aborda as oportunidades e riscos que afetam a capacidade da organização em criar valor ao longo do tempo. Incorpora aspetos como os relacionados com o impacto que a organização tem sobre a “disponibilidade, qualidade e acessibilidade contínuas de capitais relevantes no curto, médio e longo prazo” em termos financeiros e não financeiros. É importante serem identificadas as medidas específicas pensadas para gerir e minimizar estes riscos, através de objetivos estratégicos, políticas, metas e KPI's (*Key Performance Indicators*) associados.
5. **Estratégia e alocação de recursos:** um RI deve responder à pergunta “Para onde a organização deseja ir e como tenciona chegar lá?”. Compreende a estratégia da organização, objetivos, metas e como se procede a alocação de recursos para implementar essa estratégia.
6. **Desempenho:** o RI contém informação qualitativa e quantitativa acerca dos resultados e da evolução da organização após delineados os objetivos estratégicos. Utilizam-se indicadores-chave de desempenho relevantes assim como métricas relacionadas com os capitais para medir o progresso e impacto da estratégia estabelecida pela entidade. É fundamental mencionar o estado da relação com as partes interessadas e como as suas necessidades são satisfeitas. Faz-se uma comparação entre o desempenho passado e o atual e entre o desempenho atual e as perspetivas futuras.
7. **Perspetivas futuras:** neste elemento apresentam-se as perspetivas futuras da organização, destacando-se as tendências, desafios, incertezas e oportunidades que poderá enfrentar ao seguir a sua estratégia. Tem-se em conta as estratégias de inovação, investimento em pesquisa e desenvolvimento e as expectativas das partes interessadas.
8. **Base para preparação e apresentação** (Medição e divulgação): este elemento integrado apresenta como a entidade decide os temas a serem incorporados no RI e como estes são quantificados e avaliados. Refere-se à forma como a informação financeira e não financeira é recolhida, mensurada, avaliada e divulgada aos *stakeholders*.

É de ressaltar que qualquer relato que afirme ser um relato integrado e faça referência à estrutura apresentada pelo VRF deve respeitar as disposições que o modelo publicado dispõe em negrito e itálico (ver Anexo A). Isto não se aplica no caso de indisponibilidade de informação ou proibições legais e no caso de a publicação de informação pertinente provocar danos concorrenciais significativos. Se

porventura a entidade se deparar com o primeiro caso, deve apontar a natureza da informação omitida, explicar a razão da omissão e expor as medidas tomadas para recolher a informação e o tempo esperado para que isso se suceda.

2.4. Prós e contras ao modelo de relato integrado apresentado pelo IIRC

Pelo olhar do IIRC, os relatos integrados são melhor recebidos pelas grandes empresas, contabilistas, legisladores, *policy-makers* e investidores. Contudo, a *framework* apresentada tem vindo a receber críticas por parte de alguns autores, na medida em que a apontam como um fracasso do ponto de vista da sustentabilidade (Milne e Gray, 2013; Flower, 2015; Thomson, 2015; Biondi et al., 2020).

Flower (2015) argumenta que o IIRC ignora a "contabilidade de sustentabilidade" para dar primazia ao "valor para os investidores" em vez de "valor para a sociedade". Acrescenta que esta organização falhou no cumprimento dos seus objetivos na medida em que não obteve o apoio de grandes empresas e instituições financeiras, o que limitou a sua influência. Para além disso, o facto de o conceito de RI ser, muitas vezes, mal definido e compreendido dificulta a sua adoção e implementação. Ademais, as orientações que os modelos que o IIRC apresentava eram inconsistentes com as diretrizes de outros modelos de relatos existentes (como o GRI e o IASB), o que originava confusão e resistência.

O mesmo autor argumenta que o modelo apresentado não providencia orientações precisas sobre como as empresas podem implementá-lo de forma eficaz. Deste modo, as organizações sentem dificuldade em adaptá-lo às suas necessidades.

Com estas críticas, o autor sugere que este "fracasso" poderá coadjuvar no desenvolvimento e implementação de abordagens de relatos mais eficazes futuramente.

Num estudo motivado pela emergência de o IIRC/VRF encontrar legitimidade para o seu modelo, La Torre et al. (2020) criticam-no argumentando que esse modelo se rege por uma "retórica de emoções" e não com "evidências sólidas desses benefícios". Esta retórica poderá criar segregação social entre os *stakeholders*, o que pode obstruir a conquista de uma legitimidade mais ampla. Isso acontece quando a retórica adotada favorece determinados interesses ou ideologias em detrimento de outros, o que cria descontentamento entre as demais partes interessadas. Outra crítica de La Torre et al. (2020) prende-se com o facto de o IIRC/VRF procurar autoridade como fonte de poder e legitimidade para desenvolver e promover a sua *framework*, pelo consenso de um amplo grupo de *stakeholders*.

A Tilt, Xydias-Lobo, Rodricks & Reynolds (2018), num estudo realizado na Austrália e em Hong Kong, compararam as perceções de prontidão e aceitação do RI recorrendo a entrevistas com associações e empresas profissionais de contabilidade acerca da sua consciência e atitudes em relação ao RI e Relatório

de Sustentabilidade (RS). Os resultados sugerem que esta profissão adota uma “interpretação restrita e explicitamente financeira da estrutura do IIRC e não a considera um substituto para outros tipos de relatos” (Tilt et al., 2018).

Biondi et al. (2020), num estudo motivado por referências de que a *framework* apresentada pelo IIRC podia ser utilizada para cumprir a Diretiva 2014/95/UE, constataram que sem apoio regulatório é difícil adotar e divulgar a estrutura de uma *framework* para relatos privados e voluntários. Para além disso, os mesmos autores referem que essa *framework* antepõe o capitalismo de mercado de ações à sustentabilidade, pois privilegia a sustentabilidade organizacional em detrimento da social e ambiental, enfatizando a criação de valor em vez do compromisso das organizações pelo seu impacto na sociedade.

Assim, enquanto o IIRC aponta aspetos positivos acerca da adoção do seu modelo, são apresentadas também fortes críticas, críticas essas que colocam em causa o futuro dito promissor do relato integrado.

2.5. Aplicação do Relato Integrado no setor público

A aplicação do RI no setor público é uma extensão do conceito que visa fornecer informações abrangentes sobre o desempenho e o valor criado pelas entidades governamentais. Embora o RI se tenha originado no setor privado, muitos princípios e abordagens podem ser adaptados ao contexto do setor público, tal como dito anteriormente.

O setor público lida com uma ampla variedade de *stakeholders* e objetivos, o que resulta numa complexidade na identificação e no relato de informações relevantes. Deste modo, a natureza multifacetada do setor público pode dificultar a integração das várias dimensões do desempenho num único relatório. Para além disso, as organizações do setor público possuem muitas vezes estruturas complexas e descentralizadas, o que pode dificultar a coordenação e obtenção de informações consistentes para o relato integrado. Já se verifica que estas organizações começam a adotar esta forma de relato, no entanto, há uma lacuna de evidências em relação à sua aplicação na esfera pública (Guthrie et al., 2017; Montecalvo et al., 2018).

Embora o setor privado tenha adotado a prática de relatórios voluntários, o setor público não seguiu o mesmo padrão, sendo caracterizado como “irregular” e uma área em desenvolvimento, de acordo com Guthrie et al. (2017) e a análise de Ball (2004). Dado o potencial aumento das expectativas de responsabilização (conforme observado por Bebbington et al. (2014)), o setor público requer as ferramentas de relatórios adequadas para efetivamente comunicar responsabilidade e transparência às partes interessadas.

O setor público enfrenta níveis mais elevados de responsabilidade perante os seus beneficiários e é crucial para demonstrar resultados sustentáveis, alocação eficiente de recursos e criação de valor, como apontado por Guthrie et al., (2010).

Montecalvo et al. (2018) e Farneti et al. (2019) examinaram como as organizações públicas divulgam informações recorrendo ao RI, de acordo com a *framework* do antigo IIRC. Chegaram à conclusão de que isso pode ajudar as organizações públicas a melhorar os seus relatórios e a envolver mais as partes interessadas, como a comunidade e os cidadãos. No entanto, outros estudos, como o de Veltri & Silvestri (2015), que examinou o RI de uma universidade pública sul-africana, descobriram que esses relatos não explicavam bem como as diferentes partes da organização estão conectadas, como elas se relacionam com as partes interessadas e como criam valor.

Adicionalmente, num estudo sobre os primeiros adotantes, Manes-Rossi (2018) conclui que o modelo apresentado pelo IIRC/VRF não é adequado para organizações do setor público, enfatizando a necessidade de esforços adicionais nesse contexto.

Dado o limitado entendimento no contexto do setor público, o artigo de Williams & Lodhia (2021) concentra-se na implementação do RI e nas razões que levam as organizações a adotarem essa abordagem. Além disso, o estudo investiga se a adoção do RI está efetivamente a influenciar e modificar as práticas organizacionais, particularmente no pensamento integrado adotado pelos concelhos locais.

Williams & Lodhia (2021) constroem a sua pesquisa com base em estudos anteriores sobre organizações do setor público. Investigam a situação atual e as razões subjacentes à criação de relatos integrados por parte dos conselhos locais na Austrália, bem como as possíveis transformações organizacionais que podem surgir como resultado dessa abordagem de pensamento integrado. Primeiramente, os resultados revelam que a maturidade na adoção do RI variava substancialmente entre os concelhos locais, com alguns deles encontrando-se em estágios mais avançados de implementação, enquanto outros ainda estavam nos estágios iniciais dessa transição. Para além disso, o estudo identificou uma série de motivações distintas para a adoção do RI pelos concelhos locais. Essas motivações incluíam o desejo de aumentar a transparência nas operações, melhorar a prestação de contas à comunidade e concentrar-se na criação de valor a longo prazo. No entanto, a implementação do RI não foi isenta de desafios. Os concelhos locais enfrentaram dificuldades que incluíam a necessidade de recursos adequados para apoiar a adoção do RI, a adaptação das diretrizes do RI às suas necessidades específicas e a compreensão das complexidades envolvidas na implementação deste modelo. Apesar dos desafios, os concelhos locais reconheceram os benefícios potenciais associados ao RI. Estes benefícios incluíam aprimorar a comunicação com as partes interessadas, bem como promover

uma cultura organizacional centrada no pensamento integrado. No entanto, o estudo destacou a necessidade de orientação adicional e apoio na implementação do RI no setor público. Os concelhos locais expressaram a importância de diretrizes claras e recursos adicionais para auxiliá-los nesse processo.

Em resumo, Williams & Lodhia (2021) enfatizam a crescente relevância do RI no setor público e a necessidade de uma abordagem adaptada às organizações do setor público. Isso permitirá que essas entidades aproveitem ao máximo os benefícios do RI, enquanto enfrentam os desafios inerentes à sua implementação.

Com base na análise dos diversos artigos mencionados anteriormente, torna-se evidente que o RI representa uma abordagem promissora para melhorar a transparência e a responsabilidade nas organizações, tanto no setor privado quanto no público. No entanto, no contexto do setor público, há desafios significativos a serem superados para implementar eficazmente o RI. Enquanto alguns estudos identificam o potencial do RI para levar a práticas de relato mais significativas e a um maior envolvimento das partes interessadas em organizações públicas, outros ressaltam as limitações e a necessidade de esforços adicionais para adaptar o modelo proposto pelo IIRC (atualmente VRF) a esse contexto.

É evidente que, embora o RI tenha ganho tração no setor privado, a sua adoção e adaptação no setor público ainda está nos seus estágios iniciais, e há uma necessidade clara de pesquisa adicional e esforços práticos para aprimorar a sua implementação. A Diretiva 2014/95/UE na União Europeia demonstra um compromisso em direção à transparência e responsabilidade em relatórios não financeiros, mas a convergência efetiva entre o RI e as práticas de relato no setor público ainda é um desafio a ser superado. Portanto, a implementação bem-sucedida do RI no setor público exigirá uma abordagem adaptada, maior conscientização e esforços colaborativos entre as partes interessadas para alcançar os objetivos de responsabilidade e transparência.

Assim, confirma-se que o RI é uma abordagem que fornece informações abrangentes sobre o desempenho de uma organização, levando em consideração não apenas aspectos financeiros, mas também recursos humanos e naturais.

O modelo do RI apresentado pelo IIRC, agora VRF, enfatiza princípios como o foco estratégico, conectividade da informação e consideração das partes interessadas. No entanto, enfrenta críticas por priorizar o valor para investidores em detrimento do valor para a sociedade. Também houve preocupações sobre a falta de orientações precisas para a sua implementação. A convergência entre o modelo do VRF e a Diretiva 2014/97/UE é discutida, com o modelo do VRF podendo ser usado para

cumprir os requisitos da Diretiva. No setor público, o RI pode ser adaptado para focar a criação de valor público, promovendo a transparência e a eficácia das políticas governamentais.

3. O Relato Integrado, a Diretiva 2014/95/UE e a Norma AA1000

3.1. Diretiva 2014/95/UE

A Diretiva 2014/95/UE foi uma resposta à pressão dos acionistas e partes interessadas por maior divulgação ambiental e social, bem como maior transparência nos dados corporativos (Monciardini, 2016). Estas pressões não surgiram de um consenso formal, mas sim da convergência de interesses entre estados-membros (Monciardini, 2016; Carini et al., 2018).

A Diretiva 2014/95/UE foi emitida a 22 de outubro de 2014, numa tentativa de promoção da transparência e responsabilidade social corporativa entre as empresas. O objetivo principal é o de assegurar que empresas de grande porte incluam informações não financeiras de importância significativa nos seus relatórios anuais.

O processo de criação da Diretiva envolveu várias etapas, incluindo consultas, negociações e debates entre as instituições da UE. O preâmbulo da diretiva fornece a fundamentação e os objetivos gerais do ato legislativo. Nele, são mencionadas questões como a importância da transparência e da responsabilidade social corporativa para o desenvolvimento sustentável, bem como a necessidade de promover a confiança dos investidores, consumidores e outras partes interessadas nas informações divulgadas pelas empresas (European Union, 2014).

A Diretiva 2014/95/EU, transposta pelo Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho, aplica-se aos exercícios anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2017. Esta tem por base a divulgação da informação não financeira e outras diversas de “entidades de interesse público” e que ultrapassem 500 trabalhadores durante o exercício anual. O principal objetivo é o de substanciar a transparência e a conformidade da informação não financeira (acerca de temas como as alterações climáticas, igualdade de género, direitos humanos, entre outros). Essas informações devem incluir, por exemplo, as políticas implementadas pelas empresas nessas áreas, os resultados dessas políticas e os principais riscos relacionados com esses assuntos. Visa, também, explorar o comportamento e desempenho corporativo interno e externo através da divulgação não financeira e impulsionar as empresas a integrar a sustentabilidade com os seus próprios objetivos (Di Vaio et al., 2020) de forma a fomentar um crescimento inclusivo e responsável para os investidores, consumidores e demais partes interessadas. Tal como explorado, a consciência da sustentabilidade aumentou consideravelmente (Schönborn et al., 2019; di Vaio et al., 2020).

Numa nota da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) refere-se que é essencial que se tenha acesso a informação suficiente para o entendimento da evolução, conduta, posição e repercussão das atividades da empresa relacionadas com detalhes ambientais, sociais e respeitantes aos direitos humanos. Para além disso, estas demonstrações devem refletir o respeito pelos direitos humanos, combate à corrupção e suborno (*CMVM - Agenda Regulatória Europeia*, n.d.), integrando, assim, várias questões corporativas de divulgação, pelo que, segundo muitos observadores, representa um passo em direção a uma maior responsabilidade corporativa (Kinderman, 2016).

Quando a versão atual desta diretiva foi proposta, Nigel Sleigh-Johnson, chefe de relatos financeiros do Institute of Chartered Accountants na Inglaterra e País de Gales (ICAEW) adverte: “Se as informações não forem personalizadas e relevantes para os investidores, elas apenas levarão à confusão e divulgações padronizadas” (Fleming, 2013).

3.2. Convergência do modelo proposto pelo IIRC com a Diretiva 2014/95/UE

A Diretiva 2014/95/EU e o relato integrado do IIRC partilham de muitos objetivos e princípios comuns. Os dois têm como propósito melhorar a transparência e a responsabilidade das empresas, incentivando-as a optar por práticas mais sustentáveis e responsáveis (La Torre et al., 2020).

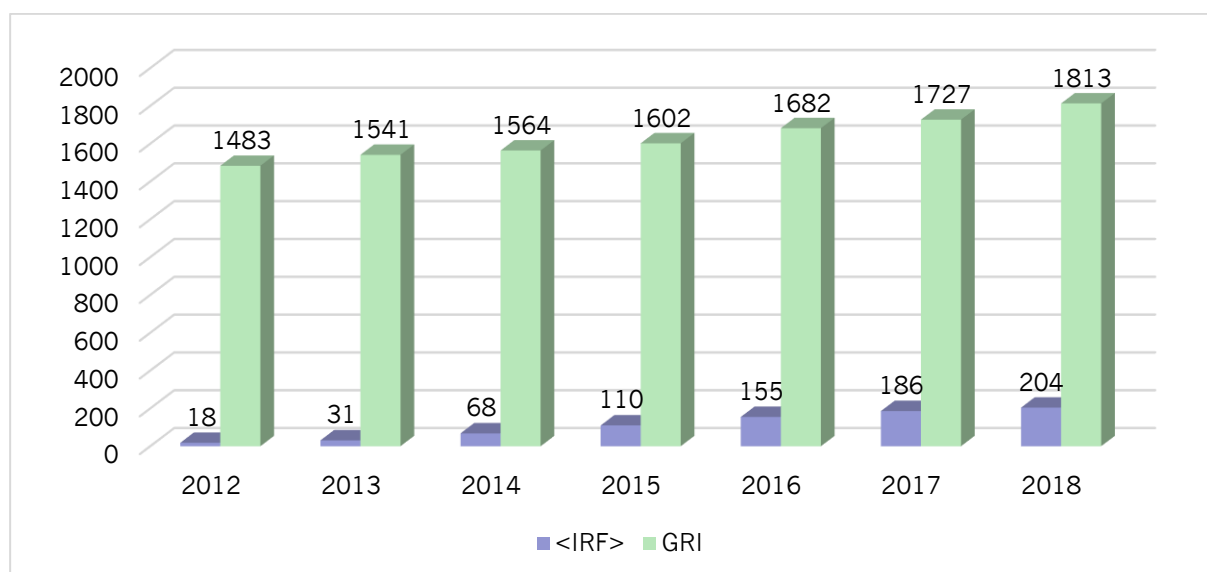
Biondi et al. (2020) procuram mostrar como a *framework* do IIRC pode ser utilizada para cumprir a Diretiva da União Europeia (UE), através de um estudo interpretativista. Neste estudo são identificados dois mecanismos que podem levar a uma convergência paralela entre o modelo proposto pelo IIRC e a diretiva da União Europeia, mesmo que as suas diferenças fundamentais persistam. Em primeiro lugar, destaca-se que o IIRC explora ambiguidades legais na diretiva da UE e nos debates políticos sobre sustentabilidade corporativa e relatos integrados. Embora utilize os mesmos termos que a diretiva, atribui-lhes significados distintos. Em segundo lugar, os autores argumentam que o oportunismo político pode impulsionar a convergência em direção à *framework* do RI.

Ao contrário da diretiva, o modelo do IIRC não desafia a dinâmica de poder profissional e organizacional nos campos da contabilidade e relatórios de sustentabilidade. Portanto, representa uma solução politicamente mais aceitável para os formuladores de políticas da UE ao abordar a integração de relatórios. O estudo sugere que o modelo do IIRC enfrentou desafios porque tentou posicionar-se como prioridade sobre a estrutura de relatórios já estabelecida pelo GRI, que atende aos requisitos da diretiva da UE. Muitas empresas consideram o cumprimento da diretiva através do GRI uma prática de relatório convencional, evitando a necessidade de adotar o modelo proposto pelo IIRC, pois já possuem ferramentas como as diretrizes GRI ou os padrões GRI atuais para atender aos requisitos,

independentemente de serem cumpridos substancialmente ou apenas formalmente (Biondi et al., 2020; Dumay & Hossain, 2019).

No estudo de Biondi et al. (2020) mostra-se que o impacto do modelo do IIRC no cumprimento da diretiva da UE parece limitado. A Figura 2, com dados de 2018 do Corporateregister.com, revela que apenas 204 organizações emitiram relatos integrados na Europa. Mesmo assumindo que todos esses relatórios estão em conformidade com a Diretiva da UE, o número é insignificante em relação às 6.000 a 8.000 organizações que devem cumprir. Contrariamente, mais de 1.800 organizações optaram por relatórios GRI. Este cenário sugere uma resistência ao <IRF>, indicando que até ao momento o IIRC falhou em torná-lo a escolha preferencial para o cumprimento da Diretiva da UE. Argumentam que a falta de endosso crítico, especialmente pela Comissão Europeia, contribui para isso, já que apenas o Pacto Global da ONU, as diretrizes da OCDE e a ISO 26000 são oficialmente reconhecidos para cumprir as Diretivas da UE. Portanto, o <IRF>, apesar da sua influência política potencial, não obteve o respaldo necessário como uma solução viável, resultando em poucos relatórios baseados nele produzidos por empresas europeias.

Figura 2 - Use of <IRF> versus GRI in Europe 2012-2018



Fonte: Corporateregister.com data as at 15 April 2020 (Biondi et al., 2020, p.906)

A Diretiva da União Europeia (UE) é uma forma de integração de relatos visto que integra questões corporativas de divulgação (direitos humanos, trabalho, meio ambiente, corrupção), mas a integração retratada na framework procura um pensamento integrado direcionado para os seis capitais referidos anteriormente. Estes são apresentados como entradas e resultados de um modelo de negócio que tem como objetivo a criação de valor económico (Dumay & Dai, 2017; Biondi et al., 2020). A Diretiva da UE,

exigindo a divulgação de informação não financeira para determinadas empresas, permite, simultaneamente, uma certa flexibilidade na estrutura adotada para cumprir esse requisito (European Union, 2014; Biondi et al., 2020).

Biondi et al. (2020) argumentam que a *framework* está a promover “uma fachada de conformidade para aumentar a sua adoção para cumprir a Diretiva da UE”, conformidade essa que é o motivo pelo qual se enfatiza a continuidade entre os dois. O que se verifica é que a evolução da Diretiva e da *framework* torna-os compatíveis para construir a “fachada de conformidade”, processo este que lhe chamam de “convergência paralela”.

Ademais, o mesmo estudo conclui que a *framework* utiliza, normalmente, os mesmo termos utilizados pela Diretiva, mas com significados diferentes. Exemplificando, o guia de implementação da Diretiva diz que uma empresa deve usar indicadores chave de desempenho (KPI's) como “divulgações apropriadas sobre métricas e metas usadas para avaliar e gerir questões ambientais e climáticas relevantes” (European Union, 2017; Biondi et al., 2020). Por outro lado, a *framework* refere que esses KPI's e o contexto em que são fornecidos podem ser relevantes para clarificar como uma organização gera valor e como ela afeta vários capitais.

3.3. A Norma AA1000

No contexto da importância de identificar e envolver os *stakeholders* relevantes para uma organização surge a Norma AA1000.

A norma AA1000 (2018), desenvolvida pela *AccountAbility*, não apenas desempenha um papel fundamental na promoção da sustentabilidade nas organizações, mas também se revela como uma orientadora crucial para a divulgação responsável e transparente das práticas sustentáveis. Oferece uma estrutura baseada em princípios internacionalmente aceites para ajudar as organizações a identificar, priorizar e responder aos desafios de sustentabilidade. Os princípios da *AccountAbility*, que servem de base para a norma, enfatizam a importância da inclusão das partes interessadas nas decisões que as afetam, a clareza na identificação dos tópicos de sustentabilidade relevantes, a transparência na ação em relação a esses tópicos e a responsabilidade pela forma como as ações impactam os ecossistemas mais amplos. A norma AA1000AP (2018) orienta as organizações nesse processo, visando melhorar o desempenho a longo prazo. Para facilitar o uso desses princípios, a *AccountAbility* colabora com organizações no ecossistema ESG (*Environmental, Social, and Corporate Governance* - domínios ambiental, social e de governança), como a *Earth Academy*, para oferecer conteúdo de aprendizagem digital e cursos que apoiam profissionais de sustentabilidade na sua aplicação. É uma abordagem que

evoluiu ao longo do tempo e continua a ser vital para a sustentabilidade corporativa, abordando áreas como a inclusão de partes interessadas, transparência e responsabilidade pelas ações (“AA1000 AccountAbility Principles”, AccountAbility, (2018)).

As normas pertencentes à série AA1000 são dedicadas à abordagem das questões relacionadas com o envolvimento das partes interessadas.

A AA1000AP (2018) (*AccountAbility Principles*) estabelece quatro princípios centrais para a gestão das relações, começando pelo princípio essencial da **inclusão**, que destaca a importância de instaurar um processo contínuo de envolvimento das partes interessadas por toda a organização. Este processo visa garantir a participação ativa dos grupos de interesse na formulação de respostas responsáveis e estratégicas para os desafios do desenvolvimento sustentável. Paralelamente, enfatiza a colaboração em todos os níveis, inclusive com a gestão organizacional. Os outros três princípios são a **materialidade**, envolvendo a avaliação da pertinência e importância de determinadas questões para a organização e as suas partes interessadas, a **capacidade de resposta**, que se refere à habilidade de abordar eficazmente as questões levantadas pelos grupos de interesse e o **impacto** que exige que as organizações monitorizem, meçam e assumam a responsabilidade pelas implicações das suas ações nos ecossistemas mais amplos. Esta diretriz fornece a estrutura para que as organizações possam identificar, compreender e priorizar suas respostas aos desafios (AccountAbility, 2018).

No que diz respeito à segunda norma, a AA1000SES (*Stakeholder Engagement Standard*), esta apresenta-se como um padrão exemplar, guiando o processo de envolvimento das partes interessadas através do diálogo, seguindo os quatro princípios mencionados anteriormente. O objetivo desta norma é garantir a credibilidade dos relatórios de sustentabilidade e responsabilidade social tornados publicamente disponíveis (AccountAbility, 2018).

Já o certificado AA1000AS (*Assurance Standard*) permite a verificação da qualidade do relatório resultante desse diálogo, abrangendo descrições das expectativas comunicadas pelas partes interessadas e as responsabilidades assumidas pela empresa em questão. É crucial ressaltar que a norma AA1000SES diferencia diversos níveis e métodos de envolvimento das partes interessadas (AccountAbility, 2018).

Esta norma reconhece a importância da inclusão dos *stakeholders* no processo de tomada de decisão, promovendo a transparência e a prestação de contas. Por sua vez, o relato integrado do IIRC incentiva as organizações a identificar os principais *stakeholders* e a determinar os temas materiais para essas partes interessadas, que devem ser refletidos no relato integrado (International Integrated Reporting Council, 2021). Assim, a relação entre a Norma AA1000 e o RI do IIRC está centrada na

abordagem da materialidade, que visa garantir que as preocupações e propensões das partes interessadas sejam adequadamente considerados e comunicados pela organização.

De seguida, esta dissertação avança para a aplicação prática, analisando o contexto específico de um caso particular de uma empresa comprometida com a sustentabilidade e responsabilidade corporativa em Portugal. A transição entre a teoria e o estudo empírico permitirá uma análise aprofundada das motivações, dos processos, desafios e alinhamento regulamentar associados à adoção do RI. Ao focar num caso concreto, este estudo de caso visa proporcionar uma compreensão mais precisa e contextualizada das práticas de RI no âmbito do modelo do VRF.

4. Metodologia

Neste capítulo procede-se à exposição da metodologia adotada no estudo que será realizado.

Desde modo, o paradigma de investigação será o pragmatismo. O pragmatismo está dependente da ontologia pragmática, pelo que se enfatiza que a essência são as ações e mudanças. Os seres humanos são vistos como agentes ativos que estão continuamente envolvidos em ações e interações com o mundo ao seu redor (Goldkuhl, 2012, em Irshaidat, 2022). Este paradigma concentra-se na utilidade prática dos resultados da pesquisa (Saunders et al., 2015).

Será através da dedução que este estudo será conduzido, pelo que será desenvolvida uma teoria/hipótese e, posteriormente, será delineada uma estratégia de pesquisa para testar essa teoria/hipótese (Saunders et al., 2015).

Atendendo ao propósito da investigação, o trabalho é caracterizado como exploratório, no sentido em que, como descrito por Robson, (2002) e citado por Saunders et al., (2015) trata-se de uma forma de perceber “o que está a acontecer; investigar novas ideias; fazer perguntas e avaliar fenómenos sob um novo olhar”.

No que diz respeito ao desenho da investigação, as estratégias de investigação a considerar serão o estudo de caso e a entrevista, portanto, estamos no método múltiplo de pesquisa.

O estudo de caso é definido por Robson, (2002) e citado por Saunders et al., (2015, p.?) como “uma estratégia para fazer pesquisa que envolve uma investigação empírica de um fenómeno contemporâneo particular dentro do seu contexto de vida real utilizando múltiplas fontes de dados”.

Deste modo, no que diz respeito ao horizonte temporal estamos perante um estudo longitudinal, visto que se trata de um estudo com dados de vários anos. Este estudo adota uma perspectiva longitudinal para analisar os relatos integrados do caso estudado de 2019 a 2022 à luz da *framework* proposta pelo IIRC. A análise será conduzida através da revisão sistemática dos relatos anuais da organização ao longo desse período, procurando identificar padrões e mudanças práticas de relato integrado (Saunders et al., 2015, pp.153-155).

Assim, para a recolha de dados e respetiva análise realiza-se uma entrevista semiestruturada e procede-se à análise de relatórios. As entrevistas semiestruturadas representam uma metodologia em que o investigador segue um guião de temas e perguntas a serem abordados. No entanto, essa lista de questões pode variar entre entrevistas, com algumas perguntas a ser omitidas conforme o contexto organizacional específico. A ordem das perguntas é flexível, ajustando-se ao fluxo da conversa. Adicionalmente, podem ser introduzidas perguntas suplementares para aprofundar certos temas,

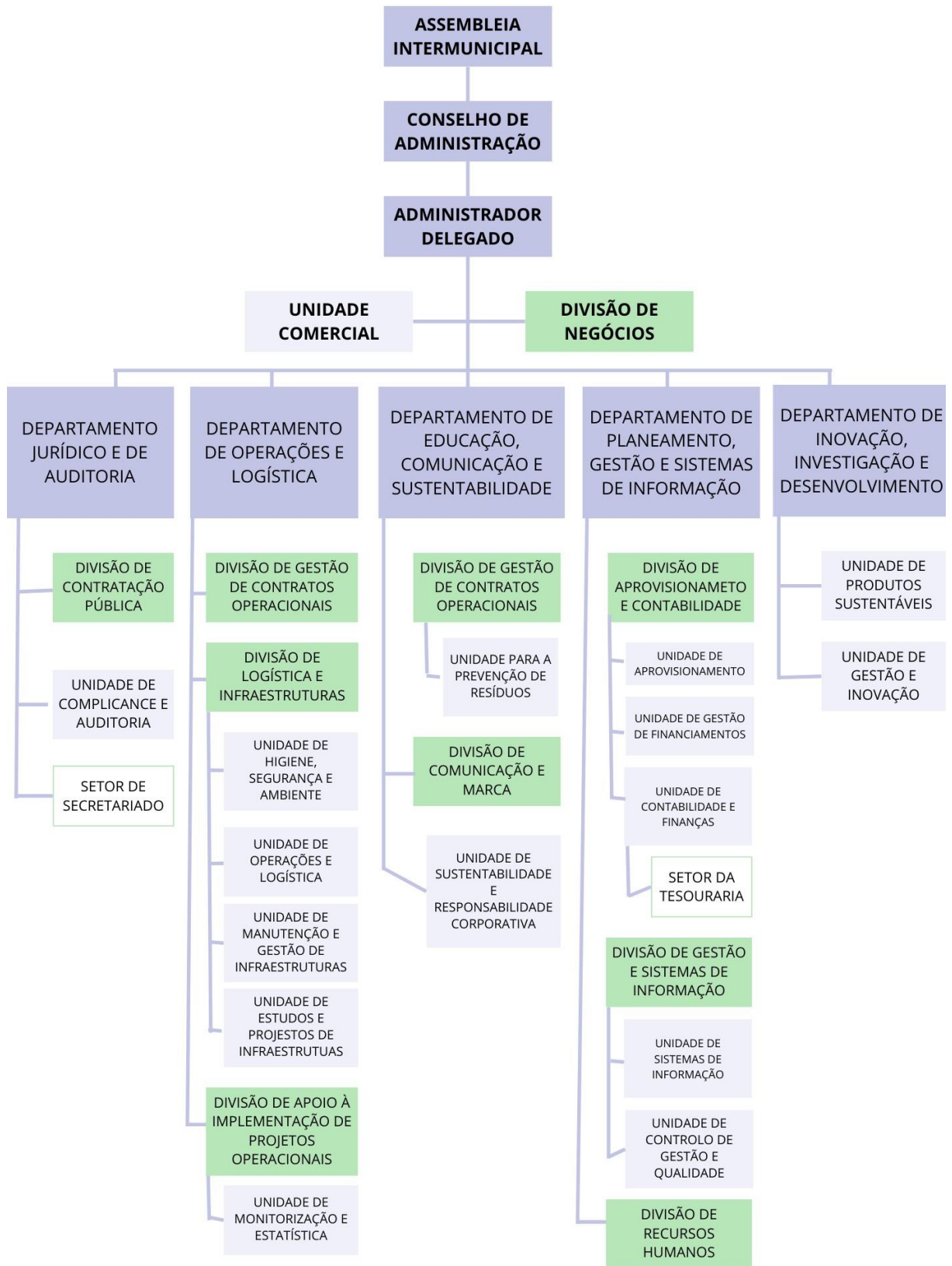
garantindo uma abordagem adaptativa durante a entrevista. São comumente utilizadas para a recolha de dados destinados à análise qualitativa, integrando-se, por exemplo, numa estratégia de estudo de caso. Essas informações não se limitam a responder às questões “o quê” e “como”, mas também procuram explorar o “porquê”. As respostas, seguindo uma abordagem metodológica clara, podem ser documentadas por escrito, gravadas em áudio durante a entrevista ou enviadas posteriormente por escrito pelo entrevistado (Saunders et al., 2015, pp. 320-321).

4.1. Apresentação da empresa alvo de estudo de caso - LIPOR

A empresa que constitui o foco principal deste estudo é a LIPOR, cujo nome completo é “Associação de Municípios para a Gestão Sustentável de Resíduos do Grande Porto”. É uma empresa portuguesa dedicada à gestão sustentável de resíduos sólidos urbanos e à promoção da economia circular na região do Grande Porto. Fundada em 1982 e com sede em Baguim do Monte/Ermesinde, a LIPOR desempenha um papel fundamental na gestão de resíduos e na promoção de práticas ambientalmente responsáveis. A sua criação foi impulsionada devido às dificuldades financeiras da empresa que geria o aterro da região metropolitana do Porto e pela vontade política de autarcas locais. A região de atuação da LIPOR abrange um conjunto de municípios que trabalham em conjunto para enfrentar os desafios relacionados à gestão de resíduos, visando soluções eficazes e sustentáveis. A empresa foi criada como resposta à necessidade premente de uma gestão integrada e sustentável dos resíduos sólidos urbanos na região do Grande Porto, uma área densamente povoada e industrializada. A génese da LIPOR está enraizada na cooperação intermunicipal, refletindo a compreensão coletiva da importância de abordar os desafios ambientais e sociais associados à gestão de resíduos de forma concertada e eficaz (Abreu et al., 2021).

Ao longo dos anos, a LIPOR consolidou-se como uma referência nacional e internacional em matéria de gestão de resíduos, adotando uma abordagem holística que promove a redução, reutilização, reciclagem e valorização dos resíduos sólidos urbanos. Esta abordagem integrada não se limita apenas à gestão de resíduos, mas engloba também a sensibilização ambiental, a educação para a sustentabilidade e o desenvolvimento de parcerias com entidades públicas e privadas. A solução proposta pela LIPOR foi integrada e projetada para atender às necessidades por um longo período, inicialmente estimado em 25 anos, mas posteriormente revisado para um prazo indeterminado. Antes da criação da LIPOR, a gestão de resíduos estava numa fase inicial e desorganizada, com lixeiras municipais sem tratamento prévio de resíduos, levando a problemas de saúde pública, poluição e incêndios frequentes. A gestão nacional de resíduos enfrentava falta de investimento e as preocupações primárias eram a remoção do lixo das ruas para resolver questões de salubridade.

Figura 3 - Organograma LIPOR



Fonte: LIPOR, (2023)

A **missão** da LIPOR é “Transformar resíduos em novos recursos pela implementação de práticas inovadoras e circulares, gerando e compartilhando valor”. Destaca-se, assim, o seu compromisso com a gestão sustentável de resíduos e a promoção da economia circular. A **visão** é “Queremos estar no mercado global e criar tendências para o futuro sustentável”. Entre os seus **valores** destacam-se a ambição e paixão, criatividade e pensamento positivo, responsabilidade e rigor, ética e trabalho em equipa (LIPOR, 2021).

A obrigação de seguir a Diretiva 2014/95/EU, tal como dito anteriormente, recai sobre empresas de grande porte estabelecidas na UE que atendam aos critérios estabelecidos. A LIPOR, como uma entidade pública portuguesa, pode ter as suas próprias obrigações de prestação de contas e divulgação de informações de acordo com a legislação e regulamentação nacionais, mas a sua obrigação de seguir a Diretiva 2014/95/EU dependerá do seu tamanho e das atividades que realiza em relação a essa diretiva específica.

Ao considerar as obrigações legais pertinentes, destaca-se a Diretiva 2014/95/EU, transposta para o ordenamento jurídico português pelo Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho. Tal como dito anteriormente, esta diretiva estabelece requisitos específicos de divulgação de informação não financeira para “entidades de interesse público” com mais de 500 trabalhadores durante o exercício anual. No entanto, a análise revela que a LIPOR, com cerca de 200 trabalhadores, não atinge esse limiar, pelo que a empresa está isenta dessas obrigações específicas de divulgação.

Tabela 1 - N.º de trabalhadores da LIPOR

	2019	2020	2021	2022
N.º de trabalhadores	203	203	205	210

Fonte: elaboração própria com base nos relatos integrados de 2019, 2020, 2021 e 2022 da LIPOR

Essa constatação é crucial para o entendimento do contexto regulatório em que a LIPOR opera, ressaltando que, embora desempenhe um papel central na gestão sustentável de resíduos na região do Grande Porto, a empresa não está sujeita às mesmas exigências de divulgação que se aplicam a entidades de maior porte.

4.2. Metodologia para a aplicação prática do modelo RI pela LIPOR

Neste estudo de caso será conduzida uma avaliação comparativa entre a *framework* de relatos integrados desenvolvida pelo IIRC e os relatos integrados publicados pela LIPOR referentes ao período

de 2019 a 2022. O objetivo principal deste estudo é aprofundar a compreensão da conformidade e da implementação prática deste modelo num relatório específico de uma organização, a LIPOR. Ao examinar detalhadamente a abordagem adotada pela LIPOR em relação aos princípios e diretrizes da *framework*, procura-se identificar áreas de convergência e eventuais divergências, proporcionando, assim, uma análise valiosa sobre a aplicação da *framework* de RI num contexto organizacional específico.

A estrutura proposta pelo IIRC estabelece princípios básicos, elementos de conteúdo e responsabilidades específicas para organizações que procuram comunicar de forma abrangente e integrada o seu desempenho, estratégia e impacto sobre os diversos capitais envolvidos. A LIPOR, comprometida com a transparência e prestação de contas, tem divulgado regularmente os seus relatos integrados, oferecendo uma oportunidade única para avaliar a aplicação prática desses princípios num contexto organizacional específico.

A análise concentra-se nos anos 2019 a 2022 e aborda elementos essenciais, incluindo a identificação clara do relatório como relato integrado, a aplicação da estrutura proposta em caso de indisponibilidade de informações, a declaração de responsabilidade de governança, o foco estratégico, a conectividade da informação, as relações com as partes interessadas, a materialidade, a concisão, a confiabilidade e completude, a coerência e comparabilidade, bem como os elementos específicos do conteúdo, como visão geral organizacional, governança, modelo de negócio, riscos e oportunidades, estratégia, desempenho, perspectiva e base para preparação e apresentação.

Essa análise procurará oferecer uma visão aprofundada sobre o alinhamento dos relatos integrados da LIPOR com a *framework* aqui estudada, destacando áreas de conformidade e identificando, caso se revele necessário, possíveis melhorias para fortalecer a integridade e eficácia da comunicação integrada da organização.

A metodologia adotada para a análise de conformidade entre os relatos integrados da LIPOR e o modelo estabelecido pelo IIRC baseia-se numa abordagem sistematizada, visando uma avaliação abrangente e objetiva. O processo compreende as seguintes etapas:

1. Criação do Índice de Conformidade (Tabela 2):

Foi desenvolvido um índice estruturado que reflete os principais pontos da *framework* do IIRC (resumo apresentado no Anexo A) e uma lista de verificação adaptada de um estudo de Frias-Aceituno et al., (2012). Este índice abrange aspetos como a identificação clara do RI, aplicação da estrutura em situações específicas, responsabilidade da governança, princípios básicos, elementos do conteúdo e demais requisitos essenciais. A adaptação desse índice foi realizada

considerando as diretrizes específicas do VRF, oferecendo uma abordagem personalizada para a análise dos relatos da LIPOR.

2. Aplicação do índice aos relatos integrados:

O índice foi aplicado aos relatos integrados publicados pela LIPOR no período de 2019 a 2022. Cada ponto de verificação do índice foi cuidadosamente analisado em relação ao conteúdo dos relatórios, atribuindo-se uma marca de conformidade ou não conformidade para cada item avaliado.

3. Cálculo da conformidade:

Com base nas marcações de conformidade, foram realizados cálculos para determinar a percentagem de conformidade em relação ao total de pontos avaliados. Essa abordagem quantitativa oferece uma métrica objetiva para comparar a aderência dos relatos integrados da LIPOR ao modelo do IIRC.

4. Identificação de tendências ao longo do tempo:

A análise de conformidade foi conduzida para cada ano em questão e ao longo dos anos, permitindo a identificação de eventuais tendências ou mudanças na forma como a LIPOR aborda a estrutura proposta pelo IIRC ao longo do período em análise.

5. Discussão de resultados e implicações:

Os resultados da análise serão discutidos em profundidade, destacando áreas de conformidade e identificando possíveis lacunas ou oportunidades de melhoria. Essa discussão fornecerá *insights* valiosos sobre a eficácia do modelo na prática, considerando o contexto específico da LIPOR.

Essa abordagem metodológica visa fornecer uma análise abrangente e significativa da conformidade dos relatos integrados da LIPOR com o modelo do IIRC, contribuindo para a compreensão da implementação prática dessas diretrizes numa organização específica.

4.3. A Entrevista

Inicia-se, assim, o processo de pesquisa qualitativa. A pesquisa qualitativa, diferentemente da pesquisa quantitativa, não procura quantificar resultados, mas sim explorar fenômenos de forma mais aprofundada, ou seja, tem um caráter exploratório. Esta pode ser conduzida através de abordagens

diretas, como grupos de foco e entrevistas, ou de abordagens indiretas, como técnicas de observação ou projetivas) (McDaniel & Gates, 2016).

No contexto deste estudo, optou-se por empregar o método da entrevista individual para examinar o processo de elaboração do RI da LIPOR. Para garantir uma análise rica e abrangente, elaborou-se um guião estruturado contendo questões abertas que permitiram ao participante expressar as suas ideias relacionadas com cada tópico discutido. O objetivo primordial é obter uma compreensão minuciosa de como a LIPOR elabora o seu RI.

A metodologia adotada para a entrevista com a LIPOR foi cuidadosamente planeada visando uma abordagem abrangente e aprofundada. O desenvolvimento deste instrumento de pesquisa envolveu diversas etapas cruciais para garantir a obtenção de *insights* valiosos sobre o RI da organização e as suas práticas de sustentabilidade.

1. Revisão de literatura:

A revisão de literatura concentrou-se primariamente no processo de elaboração do RI da LIPOR, considerando as normas propostas pelo IIRC e, atualmente, conduzidas pelo VRF. Esta abordagem permitiu uma compreensão aprofundada das etapas, desafios e práticas recomendadas na integração de informações, fornecendo uma base sólida para o desenvolvimento das questões da entrevista.

2. Diretrizes do VRF como referência:

As diretrizes do VRF foram utilizadas como um referencial essencial para a análise do processo de elaboração do RI da LIPOR. A escolha destas diretrizes baseou-se na sua aplicabilidade internacional e na capacidade de fornecer uma estrutura robusta para avaliar as etapas, desafios e a integração eficaz de informações no RI.

3. Análise detalhada do RI da LIPOR:

A análise do RI da LIPOR foi conduzida minuciosamente, considerando as diretrizes do VRF. Elementos específicos foram examinados à luz dessa *framework*, permitindo uma compreensão mais profunda do processo de elaboração do RI, dos desafios enfrentados e das práticas adotadas pela organização para integrar informações de forma eficiente.

4. Elaboração das questões da entrevista:

As questões para esta entrevista foram desenvolvidas com foco específico em aprofundar o entendimento sobre o processo de elaboração do RI pela LIPOR, baseando no modelo do IIRC, atualmente conduzido pelo VRF. A abordagem abrangente procurou explorar desafios, etapas, integração de informações e os diferentes envolvidos no processo.

5. Considerações éticas e consentimento:

Considerações éticas rigorosas foram observadas em todo o processo. O participante foi informado sobre os objetivos da entrevista, garantindo o consentimento informado (Apêndice B). A confidencialidade e privacidade dos dados foram cuidadosamente preservadas, assegurando a integridade ética da pesquisa.

6. Entrevista piloto:

Reconhece-se a importância de uma entrevista piloto para validar a eficácia das questões, ajustando-as conforme necessário. Neste caso em concreto não foi realizada, mas recomenda-se que seja feita para garantir a clareza e relevância no momento da entrevista (Marshall et al., 2021).

Esta metodologia abrangente proporcionou uma estrutura sólida para a entrevista, assegurando uma análise em conformidade com as diretrizes do VRF e uma abordagem sistemática na obtenção de informações valiosas sobre o Relato Integrado da LIPOR e suas práticas de sustentabilidade, com ênfase no processo de elaboração. Este processo metodológico visa contribuir significativamente para o entendimento do tema, mantendo um alinhamento internacional nas práticas de relatórios integrados.

De seguida, os resultados obtidos pela aplicação deste processo metodológico são apresentados.

5. Apresentação dos resultados

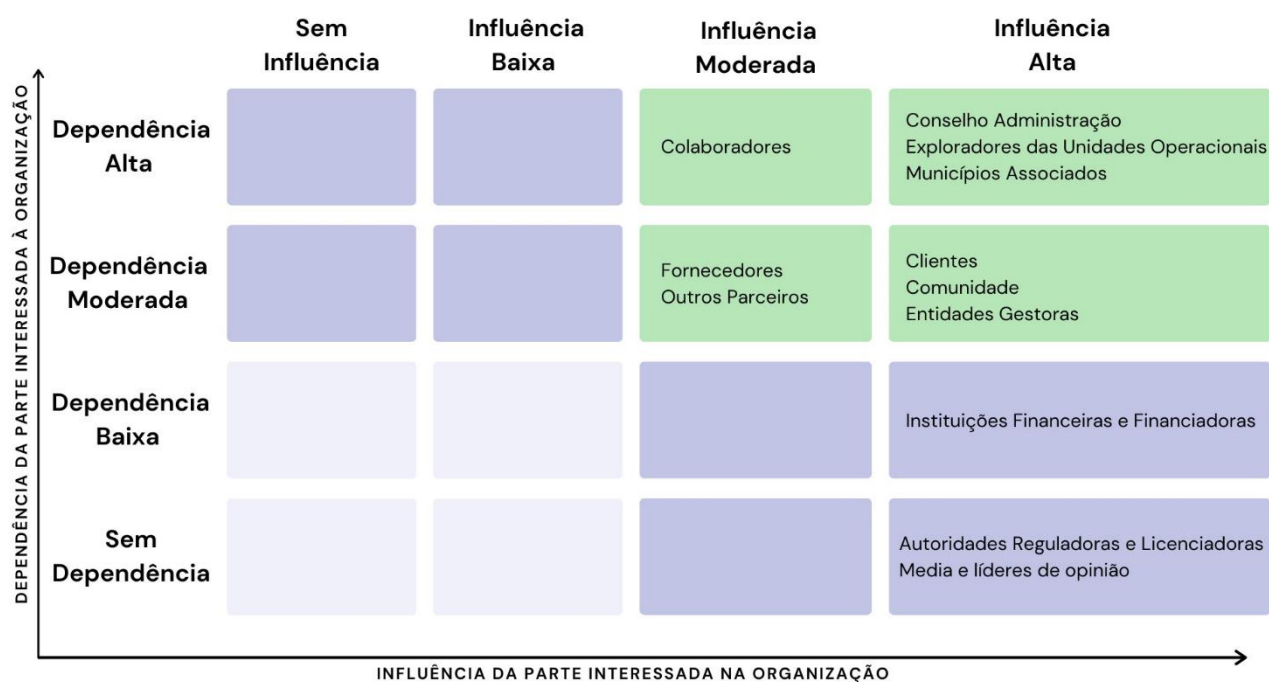
5.1. Stakeholders da LIPOR

No relato integrado apresentado pela LIPOR, desde logo sobressai a importância que esta entidade atribui à ligação com os seus *stakeholders*. Para isso, a LIPOR utiliza o conceito de materialidade nos termos da AA1000AP (2018).

No contexto da materialidade, a LIPOR adota uma abordagem diligente para identificar e priorizar os temas mais relevantes para os seus *stakeholders* e para o desempenho organizacional, conforme evidenciado na identificação de *stakeholders* realizada no Relatório de Sustentabilidade de 2018. A empresa reconhece a importância de avaliar a materialidade dos tópicos relacionados à sustentabilidade, considerando o seu impacto nos resultados financeiros e não financeiros. Essa avaliação detalhada é essencial para direcionar a estratégia da LIPOR, garantindo que as áreas de maior relevância sejam adequadamente abordadas no seu RI (LIPOR, 2018). Portanto, a materialidade desempenha um papel crucial na orientação das práticas de relato da LIPOR, assegurando a transparência e a comunicação eficaz sobre as questões mais significativas para a empresa e o seu contexto operacional.

No RI, a LIPOR apresenta uma visão resumida sobre as suas partes interessadas, identificando 12 grupos de interesse que abrangem um total de 25 partes interessadas. São classificadas críticas aquelas que possuem uma combinação de influência significativa e dependência moderada/alta, conforme mapeado na matriz de influência-dependência (Figura 4) (LIPOR, 2022b). No entanto, é pertinente notar que, ao analisar o Relatório de Sustentabilidade de 2018, a empresa identifica um total de 26 partes interessadas (Figura 5), sugerindo uma abordagem mais abrangente na consideração desses grupos no âmbito das práticas sustentáveis (LIPOR, 2018). Este destaque enfatiza o compromisso da LIPOR em compreender e responder às complexidades das relações com as partes interessadas, reconhecendo a sua importância no contexto operacional e estratégico da organização.

Figura 4 - Matriz de influência-dependência



Fonte: Relato Integrado LIPOR (2022, p.30)

Figura 5- Partes Interessadas

Associações (nacionais e internacionais)	Autoridades Reguladoras	Clientes de Produto	Clientes de Serviço	Clientes Internacionais	Colaboradores
Comissões de Acompanhamento	Comunidade	Conselho de Administração	Entidades Financiadoras	Entidades Gestoras	Estabelecimentos de Ensino
Fornecedores	Instituições Financeiras	Juntas de Freguesia	Líderes de Opinião	Municípios Associados	Operadores das Unidades
Órgãos de Comunicação Social	Outras Entidades Locais	Outros Sistemas de Gestão de Resíduos	Parceiros (na ótica da Internacionalização)	Prestadores de Serviço dos Municípios Associados	Seguradoras
Sindicato	Universidades, Centros Tecnológicos, Pólos de Investigação				

Fonte: Relatório de Sustentabilidade LIPOR (2018, p.11)

O compromisso efetivo com as partes interessadas é um pilar fundamental para a LIPOR, pois reconhece-se que apenas através de relacionamentos próximos se podem obter *insights* valiosos sobre as questões mais prementes. Este compromisso não apenas permite obter um serviço de excelência, como também capacita a empresa a desenvolver projetos que estejam alinhados com as expectativas de todos os que colaboram com a LIPOR (LIPOR, 2023).

Refletindo a sua abordagem estratégica para o envolvimento, apresentam um mapeamento abrangente dos Mecanismos de Comunicação e Envolvimento com as Partes Interessadas (Anexo B). Este mapeamento não apenas associa esses mecanismos à causa principal, mas também destaca o impacto específico que cada um deles tem nas suas operações e na comunidade que servem. Mostra-se uma visão abrangente desses mecanismos, consolidando o seu compromisso com a transparência, colaboração e resposta eficaz às necessidades das partes interessadas. O mapeamento dos *stakeholders* é uma ferramenta estratégica fundamental para a LIPOR, refletindo a sua abordagem proativa na gestão de relacionamentos e na promoção de uma comunicação eficaz. Este processo cuidadoso visa identificar e compreender as partes interessadas-chave relacionadas com os tópicos materiais de sustentabilidade. Através deste mapeamento, a LIPOR pode delinear mecanismos de comunicação e envolvimento específicos, ajustados às necessidades e expectativas de cada grupo identificado.

A estratégia de envolvimento da LIPOR é construída sobre uma base sólida de diálogo contínuo com os *stakeholders*, procurando promover uma comunicação transparente e eficiente. Ao estabelecer mecanismos como inquéritos de satisfação aos clientes, parcerias estratégicas, áreas específicas para clientes e fornecedores no portal LIPOR, seminários, workshops, webinars e visitas técnicas, a LIPOR visa não apenas compreender, mas também responder assertivamente às expectativas, aspirações e necessidades das partes interessadas.

Além disso, a LIPOR investe em iniciativas para fomentar o conhecimento e o desenvolvimento profissional dos seus colaboradores, promovendo a formação em diversas áreas, visitas técnicas, grupos de trabalho internos e externos, e outras atividades que reforcem as competências individuais e contribuam para o ambiente organizacional.

Este mapeamento abrangente estabelece as bases para uma gestão eficaz das relações com as partes interessadas, permitindo à LIPOR adaptar a sua estratégia de comunicação e envolvimento de acordo com as necessidades mutáveis do seu ecossistema. Dessa forma, a LIPOR demonstra um compromisso claro com a transparência, a responsabilidade social corporativa e a promoção de uma abordagem integrada na gestão de resíduos urbanos.

5.2. Análise dos relatórios integrados

5.2.1. Aplicação prática do modelo RI pela LIPOR

Para este estudo de caso, apresenta-se uma análise abrangente da conformidade do RI da LIPOR nos anos de 2019 a 2022, tal como explicado anteriormente, em consonância com os princípios e diretrizes estabelecidos pelo IIRC. A tabela de conformidade foi meticulosamente elaborada para abranger todos os elementos críticos definidos na *framework* do IIRC, proporcionando uma visão detalhada sobre a aplicação prática do RI pela LIPOR. Cada avaliação destaca a presença ou ausência de componentes essenciais, visando oferecer uma compreensão abrangente da conformidade da LIPOR com as melhores práticas em relatos integrados. Esta análise pretende servir como uma ferramenta valiosa para aprimoramentos contínuos, assegurando a transparências e a qualidade na comunicação das práticas sustentáveis, estratégicas e de governança da LIPOR ao longo do período em análise.

Tabela 2 - Índice de conformidade da LIPOR com o modelo de RI do VRF/IIRC

	2019	2020	2021	2022	Conformidade média
I. FORMA DE RELATO E RELAÇÕES COM OUTRAS INFORMAÇÕES					
1.1 Forma do relato					
1.1.1 O relato integrado está claramente identificado como tal?	✓	✓	✓	✓	100
1.1.2 O relato integrado segue a estrutura definida pela <i>framework</i> ?	X	X	X	X	0
CONFORMIDADE	50	50	50	50	50
1.2 Aplicação da Estrutura					
1.2.1 Em caso de indisponibilidade de informações ou proibições legais, é identificada a natureza da omissão?	X	X	X	X	0
1.2.2 Em caso de indisponibilidade de informações ou proibições legais, é explicada a razão da omissão?	X	X	X	X	0
1.2.3 Em caso de indisponibilidade de informações ou proibições legais, foram identificadas medidas para obter a informação?	X	X	X	X	0
1.2.4 Foi estabelecido um prazo esperado para obter a informação indisponível?	X	X	X	X	0
CONFORMIDADE	0	0	0	0	0

	2019	2020	2021	2022	Conformidade média
1.3 Responsabilidade por um relato integrado					
1.3.1 O relato integrado inclui uma declaração dos responsáveis pela governança?	✓	✓	✓	✓	100
CONFORMIDADE	100	100	100	100	100
1.3.2 Conteúdo da declaração					
1.3.2.1 Na declaração reconhece-se a responsabilidade pela integridade do relato?	X	✓	✓	X	50
1.3.2.2 Na declaração reconhece-se a aplicação do pensamento coletivo na preparação e apresentação do relatório integrado?	X	X	X	X	0
1.3.2.3 Na declaração está incluída a opinião ou conclusão quanto à apresentação do relatório de acordo com a estrutura?	X	X	X	X	0
CONFORMIDADE	0	33,33	33,33	0	16,67
1.3.3 Explicações em caso de ausência de declaração					
1.3.3.1 Se o relatório não contiver tal declaração, ele explica o papel desempenhado pelos responsáveis pela governança na preparação e apresentação do relatório?	N/A	N/A	N/A	N/A	0
1.3.3.2 O relatório expões as medidas tomadas para incluir tal declaração em relatórios futuros?	N/A	N/A	N/A	N/A	0
1.3.3.3 Está estabelecido um prazo para incluir tal declaração, que não ultrapassará o terceiro relatório integrado da organização referente a esta estrutura?	N/A	N/A	N/A	N/A	0
CONFORMIDADE	0	0	0	0	0
II. PRINCÍPIOS BÁSICOS					
2.1 Foco Estratégico e Orientação para o Futuro					
2.1.1 O relato demonstra a visão clara da estratégia da organização?	✓	✓	✓	✓	100
2.1.2 A relação entre a estratégia e a capacidade de gerar valor no curto, médio e longo prazo é explicada?	X	X	✓	✓	50

	2019	2020	2021	2022	Conformidade média
2.1.3 O relato apresenta de forma clara como a disponibilidade contínua de capitais contribui para os objetivos estratégicos e criação de valor futuros?	X	X	✓	✓	50
CONFORMIDADE	33,33	33,33	100	100	66,67
2.2 Conectividade da Informação					
2.2.1 O relato mostra a interligação entre os fatores que afetam a capacidade de criar valor ao longo do tempo?	✓	✓	✓	✓	100
CONFORMIDADE	100	100	100	100	100
2.3 Relação com as Partes Interessadas					
2.3.1 O relato fornece uma visão clara da natureza e qualidade das relações com as partes interessadas?	✓	✓	✓	✓	100
2.3.2 O relato aborda como a organização entende, leva em conta e responde aos legítimos interesses e necessidades das partes interessadas?	✓	✓	✓	✓	100
CONFORMIDADE	100	100	100	100	100
2.4 Materialidade					
2.4.1 O relato inclui informações sobre assuntos materialmente significativos que afetam a capacidade de gerar valor?	✓	✓	✓	✓	100
CONFORMIDADE	100	100	100	100	100
2.5 Concisão					
2.5.1 O relato é conciso, evitando informações irrelevantes?	✓	✓	✓	✓	100
CONFORMIDADE	100	100	100	100	100
2.6 Confiabilidade e Completude					
2.6.1 O relato abrange todos os assuntos (positivos e negativos) relevantes, de forma equilibrada e sem erros materiais?	✓	✓	✓	✓	100
CONFORMIDADE	100	100	100	100	100
2.7 Coerência e Comparabilidade					
2.7.1 As informações no relato são apresentadas de maneira coerente ao longo do tempo?	✓	✓	✓	✓	100

	2019	2020	2021	2022	Conformidade média
2.7.2 O relatório permite a comparação com outras organizações na medida em que seja material para a capacidade de gerar valor ao longo do tempo?	✓	✓	✓	✓	100
CONFORMIDADE	100	100	100	100	100
III. ELEMENTOS DO CONTEÚDO					
3.1 Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo					
3.1.1 O relato identifica a missão e visão da organização?	✓	✓	✓	✓	100
3.1.2 O relato apresenta a composição acionária e estrutura operacional?	X	✓	X	X	25
3.2.3 O relato destaca as principais atividades e mercados nos quais a organização está envolvida?	✓	✓	✓	✓	100
3.2.4 O relato analisa o panorama competitivo?	X	X	X	X	0
3.2.5 O relato inclui informações quantitativas, como o número de empregados, receita e países nos quais a organização atua?	✓	✓	✓	✓	100
3.2.6 O relato apresenta fatores significativos que afetam o ambiente externo da organização?	✓	✓	✓	✓	100
CONFORMIDADE	66,67	83,33	66,67	66,67	70,83
3.2 Governança					
3.2.1 O relato responde à pergunta sobre como a estrutura de governança apoia a capacidade de gerar valor em diferentes prazos?	X	X	X	X	0
3.2.2 O relato demonstra como a liderança e diversidade na organização contribuem para gerar valor ao longo do tempo?	✓	✓	✓	✓	100
3.2.3 O relato aborda como os processos de tomada de decisão e a cultura organizacional influenciam a criação de valor?	✓	✓	✓	✓	100
3.2.4 O relato especifica que ações são tomadas pelos líderes para moldar a direção estratégica e lidar com questões éticas e de gestão de riscos?	X	X	X	X	0
3.2.5 O relato explana de que maneira a cultura, ética e valores da organização refletem nos capitais usados e afetados, considerando as relações com partes interessadas?	✓	✓	✓	✓	100

	2019	2020	2021	2022	Conformidade média
3.2.6 Além do que é legalmente exigido, o relato detalha que práticas de governança a organização implementa para impulsionar a inovação?	✓	✓	✓	✓	100
3.2.7 O relato esclarece como o sistema de compensação e incentivos está conectado com a criação de valor em diferentes prazos e ao uso dos capitais?	✗	✗	✗	✗	0
CONFORMIDADE	57,14	57,14	57,14	57,14	57,14
3.3 Modelo de Negócio					
3.3.1 O relato fornece uma descrição clara e completa do modelo de negócios, abordando <i>insights</i> , atividades empresariais, produtos e impactos?	✓	✓	✓	✓	100
3.3.2 O relato identifica e descreve minuciosamente os principais <i>insights</i> e atividades empresariais envolvidos no modelo de negócio?	✓	✓	✓	✓	100
3.3.3 O relato destaca os produtos resultantes e os impactos gerados pelo modelo alinhados aos propósitos estratégicos?	✓	✓	✓	✓	100
3.3.4 O relato utiliza um diagrama simples e um fluxo narrativo lógico para clarificar o modelo?	✓	✓	✓	✓	100
3.3.5 O relato identifica explicitamente as partes interessadas e fatores externos relevantes?	✓	✓	✓	✓	100
3.3.6 O relato garante a integração com secções como estratégia, riscos, oportunidades e desempenho?	✓	✓	✓	✓	100
CONFORMIDADE	100	100	100	100	100
3.4 Riscos e Oportunidades					
3.4.1 O relato identifica os principais riscos e oportunidades específicos da organização?	✓	✓	✓	✓	100
3.4.2 O relato inclui as fontes internas e externas de riscos e oportunidades decorrentes das atividades empresariais e do ambiente externo?	✗	✗	✓	✓	50
3.4.3 A organização avalia a probabilidade de ocorrência e a magnitude do efeito dos riscos e oportunidades?	✗	✗	✗	✗	0

	2019	2020	2021	2022	Conformidade média
3.4.4 O relato divulga medidas específicas adotadas para minimizar ou gerir os principais riscos e aproveitar as oportunidades?	✓	✓	✓	✓	100
3.4.5 O relato inclui a identificação de objetivos estratégicos, estratégias, políticas, metas e KPIs associados a essas medidas?	✗	✗	✗	✗	0
CONFORMIDADE	40	40	60	60	50
3.5 Estratégia e Alocação de Recursos					
3.5.1 O relato identifica claramente os objetivos estratégicos da organização a curto, médio e longo prazo?	✗	✗	✗	✗	0
3.5.2 O relato descreve as estratégias estabelecidas ou planeadas para atingir esses objetivos estratégicos?	✗	✗	✗	✗	0
3.5.3 Os planos de alocação de recursos para implementar a estratégia são delineados no relato?	✓	✓	✓	✓	100
3.5.4 O relato explica como a organização pretende medir as realizações e impactos decorrentes de sua estratégia a curto, médio e longo prazo?	✗	✗	✗	✗	0
3.5.5 Há uma descrição clara da relação entre estratégia e alocação de recursos, indicando como estão conectados com o modelo de negócios, respondem a riscos e oportunidades, e afetam os capitais e as estruturas de gestão de risco associados?	✗	✗	✗	✗	0
3.5.6 O relato destaca as características distintivas da organização que contribuem para a sua vantagem competitiva e capacidade de gerar valor, incluindo inovação, desenvolvimento e exploração do capital intelectual, e a integração de temas sociais e ambientais na estratégia?	✓	✓	✓	✓	100
3.5.7 O envolvimento com as partes interessadas é evidenciado no relato, destacando como esse envolvimento contribuiu para a formulação da estratégia e dos planos de alocação de recursos?	✗	✗	✗	✗	0
CONFORMIDADE	28,57	28,57	28,57	28,57	28,57

	2019	2020	2021	2022	Conformidade média
3.6 Desempenho					
3.6.1 O relato explora o alcance dos objetivos estratégicos da organização?	X	X	X	X	0
3.6.2 São apresentados indicadores que quantificam metas, riscos e oportunidades, com explicações claras sobre a sua importância e os métodos utilizados?	✓	✓	✓	✓	100
3.6.3 Os efeitos da organização sobre os capitais (positivos ou negativos) ao longo da cadeia de valor, são destacados?	✓	✓	✓	✓	100
3.6.4 Existe uma análise do relacionamento com as partes interessadas, abordando como a organização atende às suas necessidades?	✓	✓	✓	✓	100
3.6.4 Os KPIs utilizados conseguem abranger medidas financeiras e outros aspectos relevantes, apoiados por narrativas explicativas?	X	X	X	X	0
3.6.5 A organização considera a monetização de efeitos sobre os capitais, como emissões de carbono e uso de água?	✓	✓	✓	✓	100
3.6.6 O relato aborda situações em que regulamentações ou não conformidades legais impactam significativamente as operações?	X	X	X	X	0
CONFORMIDADE	57,14	57,14	57,14	57,14	57,14
3.7 Perspetiva					
3.7.1 O relato define/identifica os desafios e oportunidades futuras?	✓	✓	✓	✓	100
3.7.2 O relato inclui previsões e projeções fundamentadas, com um resumo claro das premissas subjacentes?	X	X	X	X	0
3.7.3 Há uma análise sólida e transparente das expectativas da organização em relação ao ambiente externo no curto, médio e longo prazo?	X	X	X	X	0
3.7.4 O relato mostra como a organização prevê que o ambiente externo afetará sua capacidade de alcançar objetivos estratégicos?	✓	✓	✓	✓	100
3.7.5 As expectativas, aspirações e intenções da organização são realistas em relação ao seu posicionamento no mercado, cenário competitivo e riscos?	X	X	X	X	0

	2019	2020	2021	2022	Conformidade média
3.7.6 A discussão das implicações potenciais inclui análises do ambiente externo, riscos, oportunidades e a gestão dos capitais cruciais para gerar valor?	X	X	X	X	0
3.7.7 São apresentados indicadores, KPIs ou objetivos relevantes para uma avaliação da perspectiva da organização?	X	X	X	X	0
3.7.8 As divulgações sobre perspectivas são feitas considerando as exigências legais ou regulatórias aplicáveis?	X	X	X	X	0
CONFORMIDADE	25	25	25	25	25
3.8 Base para Preparação e Apresentação					
3.8.1 O relato responde à pergunta sobre como a organização determina os temas a serem incluídos e quantificados?	X	X	X	X	0
CONFORMIDADE	0	0	0	0	0
NÍVEL DE CONFORMIDADE TOTAL	60,94	63,57	67,26	65,50	64,32

Fonte: Elaboração própria

A identificação nítida do relato como integrado alcançou uma conformidade total de 100%. No entanto, a conformidade com a estrutura definida pela *framework* apresentou não conformidade, sugerindo uma oportunidade para um alinhamento mais rigoroso com as diretrizes do IIRC.

O foco estratégico e a orientação para o futuro demonstram boa conformidade (66,67% (ponto 2.1, tabela 2)), com destaque para a clareza na visão da estratégia organizacional. A conectividade da informação e a relação com as partes interessadas atingiram conformidade total (100% (pontos 2.2 e 2.3, tabela 2)), evidenciando a capacidade da LIPOR em apresentar uma visão holística de fatores que afetam sua capacidade de gerar valor.

A visão geral organizacional e o ambiente externo obtiveram uma conformidade média de 70,83% (ponto 3.1, tabela 2), ressaltando áreas como identificação da missão e visão, mas indicando oportunidades de aprimoramento na análise do panorama competitivo. A governança apresentou conformidade razoável (57,14% (ponto 3.2, tabela 2)), com destaque para a inclusão de práticas de governança além das exigências legais, mas com oportunidades para explicar mais claramente o papel dos líderes na direção estratégica. O modelo de negócios, riscos e oportunidades, estratégia e alocação

de recursos, desempenho e perspectiva alcançaram conformidade total (100%), evidenciando a integração eficaz desses elementos ao longo dos anos.

A análise da perspectiva revela uma conformidade de 25% (ponto 3.7, tabela 2), indicando que o relato identifica desafios e oportunidades futuras, mas ainda há espaço para aprimorar a inclusão de previsões fundamentadas e análises sólidas das expectativas em relação ao ambiente externo. A apresentação de indicadores e KPI's relevantes para a avaliação da perspectiva e a conformidade com exigências legais ou regulatórias ainda precisam ser desenvolvidas.

No que diz respeito ao ponto “Base para Preparação e Apresentação”, a conformidade total de 0% nesse ponto sugere que há oportunidades para a LIPOR esclarecer como determina os temas a serem incluídos e quantificados no RI. Detalhes adicionais sobre o processo de seleção de temas fortaleceriam a compreensão da base para preparação e apresentação do relatório.

Considerando todos os pontos avaliados, a LIPOR alcançou um nível médio de conformidade no período em análise de 64,32%, indicando uma forte aderência às práticas recomendadas pelo IIRC. Esta análise serve como uma base robusta para discussões futuras e para orientar melhorias contínuas no processo de RI da LIPOR.

A LIPOR demonstra um compromisso sólido com a integração dos princípios de relatos integrados, refletido na consistente conformidade ao longo dos anos. Enquanto alguns pontos apresentam oportunidades de melhoria, a LIPOR destaca-se na comunicação transparente de sua estratégia, modelo de negócios e desempenho, promovendo uma base sólida para aprimoramentos contínuos em direção à excelência em relatos integrados.

5.3. Entrevista

Este estudo desempenha um papel fundamental ao abordar questões cruciais relativas ao RI num contexto no qual a literatura existente está em estágio inicial de desenvolvimento. Além de contribuir para o preenchimento dessa lacuna, o objetivo é investigar se a opção das empresas pelo modelo do VRF resultou no desenvolvimento de processos internos mais formais para a produção e preparação de informações, e, em caso afirmativo, identificar esses processos. Num cenário onde o RI é percebido como uma inovação recente na área de relatórios, representando uma evolução na contabilidade, este estudo procura apontar as dificuldades enfrentadas pelas organizações na elaboração desse relato, bem como identificar as vantagens que surgem desse processo.

Esta análise concentra-se em compreender como a empresa em estudo articula informações num único documento, mantendo a coerência. Ao examinar a experiência da empresa LIPOR, o objetivo é

fornecer uma visão aprofundada das práticas de RI, destacando os desafios e oportunidades que acompanham a adoção deste modelo inovador de comunicação corporativa.

A entrevista, conduzida com a colaboradora Maria do Céu, uma profissional com uma sólida trajetória na LIPOR desde 2002, oferece uma valiosa perspectiva interna para a discussão de resultados. Inicialmente envolvida na área da educação ambiental, posteriormente desempenhou um papel essencial na coordenação de projetos de recolha seletiva, frequentemente em colaboração com municípios locais. A sua experiência estende-se à equipa de sustentabilidade da empresa, onde desempenha um papel integral na elaboração do RI. A sua sólida formação em engenharia do ambiente, complementada por cursos especializados em sustentabilidade, fornece um contexto valioso para esta análise. A entrevista, realizada em 27 de setembro de 2023, com uma duração de 50 minutos, serve como um recurso fundamental à medida que se exploram os desafios e as vantagens associadas à implementação do RI na LIPOR.

5.3.1. Análise do Processo de Preparação do Relato Integrado na LIPOR

Nesta secção, analisa-se em detalhe o processo de elaboração do RI na LIPOR, destacando as etapas, metodologias e abordagens adotadas pela organização. Aborda-se como a LIPOR tomou conhecimento do modelo de RI proposto pelo VRF e como incorporou a sustentabilidade na sua estratégia global. Explora-se o compromisso da LIPOR em seguir as melhores práticas de relato, incluindo a formação, vigilância de tendências e a orientação da administração. Além disso, examina-se como o processo de verificação e validação é executado para garantir a precisão e confiabilidade do RI, destacando a importância da colaboração interdepartamental na recolha de dados. Este processo sistemático e rigoroso é crucial para uma comunicação corporativa transparente e para atender às expectativas das partes interessadas, refletindo o compromisso da LIPOR com a excelência no RI.

Na entrevista com a representante da LIPOR nesta área, explora-se o processo de elaboração do RI e como a organização adotou essa inovadora abordagem de relato. A LIPOR, consciente da importância do RI como uma evolução na contabilidade e na comunicação corporativa, segue um processo metódico e cuidadosamente planeado para criar o seu relatório.

A LIPOR não apenas se manteve vigilante em relação às orientações estratégicas, objetivos organizacionais e regulamentações em vigor, mas também acompanhou de perto as principais tendências no setor da sustentabilidade. A empresa prioriza a formação e o *benchmarking* como ferramentas chave para aprofundar o seu conhecimento e práticas de relato. É importante destacar que

o compromisso com a sustentabilidade e a abordagem do RI não é apenas uma iniciativa dos técnicos, mas começa na Administração da LIPOR, que orienta a organização nesse sentido.

Uma característica essencial do processo da LIPOR é a presença de uma unidade de Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa, à qual a entrevistada pertence. Essa unidade desempenha um papel central na elaboração do RI e reflete a integração da sustentabilidade na estratégia global da organização. O processo é rigorosamente planejado e documentado para garantir a continuidade e a consistência, independentemente da equipa responsável pela elaboração. Pertencem ao departamento de educação, comunicação e sustentabilidade.

A LIPOR realizou uma transição significativa na sua abordagem de relato a partir de 2019, migrando de uma prática anterior que incluía a publicação de um Relatório & Contas e um Relatório de Sustentabilidade para a adoção do Relato Integrado. A LIPOR segue as diretrizes do VRF para a estrutura e os elementos de conteúdo do RI. No primeiro ano de transição para o RI, segundo a entrevistada, a empresa seguiu a estrutura do VRF de forma rígida, dividindo o relatório em capítulos específicos, como capital humano, social e relacional, entre outros. Este processo inicial estabelece uma base sólida para comunicar de maneira abrangente o desempenho e a estratégia da empresa. Nos anos seguintes, a abordagem tornou-se mais fluida, permitindo maior flexibilidade na apresentação das informações. Essa transição representa não apenas uma mudança nos formatos de relato, mas também destaca o compromisso contínuo da LIPOR em aprimorar a transparência e a comunicação sobre a criação de valor ao longo do tempo

É importante ressaltar que a LIPOR mantém o processo documentado de elaboração do RI, permitindo que o conhecimento crítico seja preservado, mesmo quando ocorrem alterações na equipa responsável pela elaboração.

O processo de elaboração inicia-se com uma reunião de arranque com a equipa do RI, composta pela entrevistada e uma colega adicional, onde se define um cronograma e um plano de trabalho com base nas experiências anteriores. O uso de ferramentas como o *Planner* da *Microsoft Teams* ajuda a planear e acompanhar as atividades. Nessa reunião, os procedimentos com fornecedores externos, a maquetização e tradução do relatório, são planejados, para a verificação externa independente e a do GRI.

A LIPOR adota um processo meticuloso e bem estruturado na preparação do RI. O processo compreende várias fases, começando pelos procedimentos concursais, que incluem a solicitação de orçamentos e, com o objetivo de otimizar custos, a contratação de serviços como a maquetização a cada dois anos, mantendo uma identidade visual consistente no relatório.

Em seguida, a organização entra na fase de solicitação e adjudicação das propostas dos trabalhos a serem realizados por entidades externas.

A elaboração do texto do relatório é realizada internamente, com áreas específicas contribuindo com informações relevantes. Simultaneamente, a equipa interna começa a elaborar os textos do relatório. As secções mais genéricas são produzidas pela equipa do relato integrado, enquanto as secções mais específicas, relacionadas a áreas ou grupos de trabalho, baseiam-se nos relatórios individuais que cada área elabora no final do ano. No entanto, quando se trata de informações sobre o contexto externo ou a materialidade, a equipa do RI produz esses conteúdos integralmente, sem apoio externo.

Além disso, a LIPOR envolve colegas das áreas correspondentes (por exemplo, divisão de recursos humanos, departamento de inovação, investigação e desenvolvimento, divisão de aprovisionamento e contabilidade, etc.) na recolha de dados para preencher os indicadores GRI, o que promove a colaboração interdepartamental e assegura a precisão das informações. Estabelecem-se prazos para o preenchimento e realizam-se verificações para garantir que os indicadores estejam corretos e que não haja informações em falta ou erros.

A verificação e validação desempenham um papel crucial no processo. Os relatos integrados de 2019 e 2020 foram verificados por Ernst & Young Audit & Associados – SROC S.A., enquanto os de 2021 e 2022 passaram pela verificação da PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. Tanto uma entidade externa independente quanto a própria equipa da LIPOR participam ativamente nesse processo. As evidências são recolhidas e revisadas para garantir a confiabilidade dos indicadores reportados. Esse processo é iterativo e inclui *feedback* inicial do GRI, incorporação de *feedback*, reenvio e, em alguns casos, a realização de reuniões adicionais para abordar dúvidas específicas. Essa abordagem reforça a fiabilidade e a veracidade dos dados apresentados, consolidando a integridade da informação de sustentabilidade nos relatos integrados da LIPOR.

Essa abordagem metódica e rigorosa demonstra o compromisso da LIPOR em fornecer um Relato Integrado preciso, confiável e em conformidade com as melhores práticas do VRF. É uma evidência clara de como a empresa está na vanguarda das organizações que adotam o RI como uma ferramenta fundamental para a comunicação corporativa e prestação de contas transparente.

5.3.2. Os benefícios da validação e verificação no RI da LIPOR

Nesta secção, enfatizam-se os benefícios da validação e verificação no processo de RI. A organização segue rigorosamente as diretrizes do GRI, garantindo a conformidade com padrões internacionais de relato. O GRI valida os indicadores do relatório, assegurando a sua precisão e confiabilidade. Esse

processo é essencial para estabelecer a credibilidade do relatório a atender às expectativas das partes interessadas. A empresa tem um forte compromisso em seguir as tendências e melhores práticas de relato, tanto em termos de conteúdo quanto de formato. Isso reflete o desejo da organização em manter-se alinhada com as expectativas do mercado e com a crescente procura por transparência e responsabilidade.

Em conformidade com as melhores práticas de relato, os relatos integrados da empresa em estudo são preparados seguindo as diretrizes do IIRC. No âmbito da sustentabilidade, a empresa adota as diretrizes da GRI, “versão GRI Standards, na opção ‘em referência às normas GRI’”. Para complementar, as Demonstrações Financeiras foram elaboradas em estrita conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), conforme adotadas na União Europeia (LIPOR, 2022).

Esta abordagem integrada reflete o compromisso contínuo da organização em seguir as últimas tendências e melhores práticas de relato, garantindo alinhamento com as expectativas do mercado e atendendo à crescente procura por transparência e sustentabilidade. Esclarece-se neste estudo de caso que, embora a empresa se baseie nas diretrizes da GRI para a sustentabilidade, o foco principal do relato é seguir o modelo de relato integrado do IIRC, proporcionando uma visão abrangente e integrada do desempenho da organização.

Além disso, a LIPOR realiza uma verificação externa independente através de consultores externos. Essa verificação externa contribui para a garantia da qualidade do relatório e a sua conformidade com os padrões estabelecidos. A organização enfatiza que a aprovação final do relatório não é apenas uma decisão da equipa técnica, mas também envolve o Conselho de Administração, que aprova o relatório antes de ser submetido para validação externa. Isso fortalece a integridade e o alinhamento do relatório com a estratégia da organização.

O selo GRI, atribuído após a validação, reforça a qualidade do relatório e demonstra o compromisso da LIPOR com a transparência e boas práticas de relato. Além disso, a organização segue a norma AA1000, que regula todo o processo de envolvimento com as partes interessadas, garantindo um relato transparente e preciso.

A validação e a verificação são essenciais para que o RI da LIPOR atenda aos mais altos padrões de qualidade credibilidade, fornecendo informações precisas e confiáveis às partes interessadas e ao mercado em geral. Esse processo reforça a integridade do relatório e consolida a reputação da LIPOR como uma organização comprometida com a transparência e a responsabilidade corporativa.

Neste contexto, a validação e verificação não apenas cumprem exigências regulatórias, mas também são ferramentas estratégicas que aprimoram o relacionamento da LIPOR com as suas partes interessadas, fortalecendo a confiança nas informações fornecidas no relatório.

Realça-se a importância do RI no contexto das partes interessadas da LIPOR. A organização conduz um processo de gestão da materialidade, envolvendo as partes interessadas na definição dos temas materiais que são abordados no relatório. Esse envolvimento é fundamental para que o relatório atenda às necessidades e expectativas das partes interessadas. O relatório é concebido como um documento que visa não apenas os acionistas, mas todas as partes interessadas, incluindo fornecedores, comunidade, órgãos de comunicação social, entidades financiadoras e municípios associados. O objetivo é que todos esses públicos se identifiquem e se alinhem com o trabalho da LIPOR em busca de uma gestão sustentável.

Destaca-se que o relatório contribui para melhorar o relacionamento com as partes interessadas e aumentar a adesão aos projetos e iniciativas da LIPOR. A organização gere resíduos e a participação ativa das partes interessadas é crucial para o sucesso de iniciativas como a coleta seletiva. A transparência e a comunicação eficaz promovem o entendimento da importância do envolvimento de todos para a sustentabilidade, uma vez que a gestão de resíduos é uma atividade essencial na cadeia de valor. Portanto, prova-se que o RI desempenha um papel vital na promoção do alinhamento com as partes interessadas e na procura da sustentabilidade pela LIPOR.

Esta análise destaca como o RI não é apenas uma exigência regulatória, mas também uma ferramenta estratégica que fortalece o relacionamento da LIPOR com as suas partes interessadas e contribui para os seus objetivos de sustentabilidade, seguindo as diretrizes da norma AA1000 para um envolvimento eficaz com as partes interessadas.

5.3.3. Evolução e desafios na elaboração do RI

A entrevista realizada proporcionou uma visão abrangente do processo de elaboração do RI na empresa. A LIPOR iniciou o seu RI em 2017, evoluindo a partir de relatórios de sustentabilidade e contas. A adaptação a essa abordagem mais ampla levou a uma maior integração dos diferentes capitais, conforme recomendado pelo VRF. A LIPOR evoluiu na estruturação do relatório ao longo do tempo, mantendo o conteúdo dos diferentes capitais, mas aprimorando a interligação entre eles, seguindo a *framework* do VRF. A evolução na abordagem do relatório demonstra a natureza adaptativa da empresa à medida que ganha experiência nesse processo.

O processo de produção do relatório é minucioso e envolve a colaboração de várias áreas da empresa. Começa com a recolha de dados, passando pela identificação da materialidade, preparação de indicadores e documentação de evidências. A comunicação e a colaboração entre departamentos desempenham um papel fundamental nesse processo, enfatizando a importância da coesão organizacional.

A validação interna e a verificação externa são, tal como dito anteriormente, elementos-chave do processo, garantindo a qualidade e confiabilidade do relatório. A atribuição dos selos GRI e da norma AA1000 é considerada benéfica para fortalecer a credibilidade do relatório e aumentar a confiança das partes interessadas.

O RI traz benefícios significativos para a LIPOR, fortalecendo o relacionamento com as partes interessadas. A empresa demonstra o seu compromisso em atender às expectativas e necessidades dessas partes, estabelecendo um vínculo sólido.

No entanto, o processo de elaboração não está isento de desafios. A rotatividade de colaboradores e a chegada de novos membros podem interromper o fluxo de trabalho e a continuidade do processo. A chegada de novos colaboradores exige um período de adaptação, o que pode impactar a eficiência. Obstáculos burocráticos, como procedimentos públicos e questões técnicas. Outro desafio destacado é a gestão dos prazos associados aos procedimentos públicos, que exigem aprovação pelo Conselho de Administração. A LIPOR procura antecipar esses procedimentos para evitar atrasos na publicação do relatório, que é simbolicamente planeado para o Dia Mundial do Meio Ambiente, 5 de junho. Esses desafios destacam a importância do planeamento cuidadoso e da gestão de riscos.

Quando a empresa enfrenta omissões ou falta de dados relevantes, segue as diretrizes do GRI para manter a transparência. As omissões são destacadas nas tabelas do relatório e explicações claras são fornecidas para justificar as ausências, contribuindo para a manutenção da credibilidade do relatório, mesmo quando as informações completas não estão disponíveis.

Em resumo, a entrevistada revela que o RI é uma ferramenta que não apenas documenta o desempenho da empresa, mas também fortalece os relacionamentos com as partes interessadas, promove a transparência e garante a confiabilidade das informações. A evolução da abordagem ao longo dos anos demonstra como as organizações podem aprender com a prática e aprimorar seu processo de elaboração de relatórios para atender aos princípios do IIRC. Além disso, a identificação de desafios específicos destaca a importância do planeamento estratégico e da gestão de riscos no processo de relato integrado.

5.3.4. Responsáveis e planeamento do processo

Foi esclarecido que o processo de elaboração do RI da LIPOR é liderado e conduzido por duas pessoas, que fazem parte da unidade orgânica de sustentabilidade e responsabilidade corporativa, que reporta diretamente à direção do Departamento de Educação, Comunicação e Sustentabilidade, que, por sua vez, está ligado ao Administrador Delegado em termos hierárquicos.

O planeamento das tarefas e atividades relacionadas à elaboração do RI é realizado em conjunto pela entrevistada e outra colega. Estabelecem um plano de ação que define as diferentes tarefas necessárias para o processo. A coordenação entre as várias partes envolvidas, incluindo a obtenção de informações de outros departamentos, é uma tarefa compartilhada entre ambas. Trabalham de forma bastante integrada, de modo a que o resultado seja coeso e reflita os esforços combinados das duas.

Além disso, a entrevistada menciona que dividem o trabalho de redação do relatório. No entanto, o acompanhamento das reuniões de verificação e a interligação entre as diferentes áreas são atribuições partilhadas entre ambas. O trabalho é caracterizado por proximidade e colaboração constante, com troca de ideias e revisão mútua das secções escritas. Mantêm-se atualizadas sobre as novas tendências e regulamentações relacionadas ao reporte de sustentabilidade, visando garantir que o relatório da LIPOR esteja em conformidade com as mudanças no cenário europeu e internacional.

5.3.5. Desenvolvimento de processos internos

A empresa demonstra que a adoção do modelo do VRF não trouxe mudanças substanciais nos seus processos internos existentes. No entanto, houve ajustes e melhorias significativas no processo de gestão da materialidade e na redação do próprio documento de RI.

Em relação ao processo de gestão da materialidade, a empresa segue a norma AA1000 e manteve a sua abordagem existente de envolver partes interessadas e definir os temas materiais. Houve uma revisão necessária dos procedimentos e documentação associados para alinhá-los com os requisitos do RI.

A mudança mais significativa ocorreu na redação do documento de relatório. A empresa enfatiza que a diferença está nos elementos de conteúdo, que se tornaram mais ricos. O relatório integra uma análise mais profunda do contexto externo, dos riscos e da estratégia da empresa, alinhando-se com as diretrizes do VRF. É notável a abordagem evolutiva adotada, que não apenas descreve o presente, mas também apresenta uma análise da evolução passada e os objetivos futuros. O relatório ressalta metas estratégicas e a busca contínua de melhorias, promovendo a transparência e qualidade do documento.

Assim, embora os processos internos não tenham sido drasticamente reformulados, a empresa evidencia aprimoramentos na qualidade e na forma como apresenta as informações no seu RI de acordo com o modelo do VRF. Isso reflete um compromisso com a transparência, a análise de riscos e um foco nas metas estratégicas que são elementos essenciais desse modelo.

5.3.6. Impacto do RI na relação com os *stakeholders*

Até ao momento de análise, não foram identificadas mudanças significativas na forma como se relaciona com os *stakeholders* ou como se posiciona no mercado devido à publicação do RI. A entrevistada sugere que as mudanças observadas na organização são mais resultado da evolução constante da empresa e das condições em constante mudança do contexto externo do que da mudança para o RI.

A publicação do RI melhorou a prestação de informações, permitindo à empresa comunicar o seu desempenho de forma mais eficaz e apresentar os seus objetivos de forma mais clara. Isso pode ter impactos positivos no relacionamento com os *stakeholders* e na percepção da empresa no mercado.

No entanto, a organização ainda segue os princípios da norma AA1000 para o envolvimento com os *stakeholders*, mantendo mecanismos de interação constantes. A empresa revisa periodicamente esses mecanismos para garantir que eles atendem às necessidades em evolução da organização e dos seus *stakeholders*.

Além disso, a empresa continua a participar em projetos financiados e a comunicar de forma transparente sobre as suas atividades e projetos no seu *website*. Essas ações podem ser vistas como uma extensão da abordagem transparente e de envolvimento da empresa com os seus *stakeholders*, mas não parecem ter sido diretamente influenciadas pela mudança para o RI.

Em resumo, embora a publicação do RI tenha melhorado a qualidade das informações e a comunicação do desempenho da empresa, as mudanças nas relações com os *stakeholders* e a posição da empresa no mercado parecem ser mais resultado da evolução contínua da organização e da conformidade com a norma AA1000. O RI é uma ferramenta importante, mas não é a única influência nas relações com os *stakeholders*.

5.3.7. Transparência e envolvimento das partes interessadas

A discussão da entrevista revela a ênfase constante da LIPOR na transparência da informação e no envolvimento ativo das partes interessadas, refletindo uma abordagem estratégica sólida. A empresa

demonstra o seu compromisso com a divulgação aberta e acessível de informações através de vários canais e práticas.

Um dos pontos de destaque é a riqueza de documentos disponíveis no *website* da empresa, como planos-anticorrupção e o código de ética. Além disso, a secção "Observatório" fornece dados operacionais detalhados, incluindo informações sobre a quantidade de material recebido dos municípios e estatísticas de ecopontos. Esse compromisso com a transparência não apenas atende às expectativas das partes interessadas, mas também cria um padrão sólido para a divulgação de informações.

A LIPOR também se dedica a garantir que os seus colaboradores estejam bem informados sobre questões de sustentabilidade e responsabilidade corporativa. A criação do "Barómetro Social" e a realização de um *quiz* no final do ano refletem os esforços contínuos da empresa para aumentar a literacia dos seus colaboradores em relação a esses tópicos.

O compromisso da LIPOR com os grupos de interesse não se limita apenas ao público interno. A empresa realiza auscultações regulares de vários grupos de partes interessadas, incluindo colaboradores e fornecedores. Essas práticas ajudam a empresa a compreender as preocupações e expectativas das partes interessadas, o que por sua vez a permite adaptar as suas práticas e relatórios.

Em suma, a abordagem estratégica da LIPOR é evidente no seu compromisso contínuo com a transparência e o envolvimento ativo das partes interessadas. A empresa não apenas cumpre os princípios preconizados pelo VRF, mas procura continuamente formas de aprimorar as suas práticas e se manter alinhada com os valores de sustentabilidade e responsabilidade corporativa. Essa abordagem estabelece um padrão valioso para outras organizações na procura de uma comunicação transparente e um envolvimento significativo com as partes interessadas.

6. Discussão dos resultados

Neste estudo, destaca-se a abordagem adotada pela LIPOR no contexto do RI. Ao analisar o RI da LIPOR, observou-se que a organização reconhece a importância fundamental do envolvimento com as partes interessadas como um fator determinante para abranger todos aqueles que exercem influência e impacto nas suas operações. Nesse sentido, a LIPOR optou por incorporar os princípios da Norma AA1000AP (2018) no seu processo, visando obter uma licença de verificação para aprimorar a credibilidade e confiança do seu RI. Esta iniciativa demonstra o compromisso da LIPOR em atender aos mais altos padrões de sustentabilidade, governança e transparência na sua comunicação corporativa (LIPOR, 2022b).

No âmbito do estudo de caso em questão, a LIPOR adota a norma AA1000AP (2018) no seu RI como parte fundamental da sua abordagem orientada para a sustentabilidade. Embora esta norma não tenha sido o foco direto da presente análise, a sua adoção pela LIPOR proporciona um contexto significativo para compreender a abordagem da empresa em termos de responsabilidade e transparência. A transição para a norma AA1000AP (2018) em 2019 reflete o compromisso contínuo da LIPOR em manter uma posição proativa no envolvimento e gestão das partes interessadas, garantindo uma resposta alinhada com as suas expectativas (LIPOR, 2023).

Embora não tenha sido objeto de análise específica neste estudo, a integração da norma AA1000AP (2018) no RI da LIPOR reflete a importância atribuída ao envolvimento significativo com as partes interessadas. A empresa reconhece que este envolvimento é crucial para abranger todos os influenciadores e impactos relevantes. A decisão de adotar os princípios da norma não apenas reforça o compromisso da LIPOR com a responsabilidade e transparência, mas também destaca a procura por uma licença de verificação, evidenciando a seriedade da organização em garantir a fiabilidade do processo de relato (LIPOR, 2022b). Essa abordagem demonstra a adesão da LIPOR aos mais elevados padrões de governança e sustentabilidade, fundamentais para construir confiança e responsabilidade na sua interação com os grupos envolvidos e na condução das suas operações.

A adoção pela LIPOR desta norma destaca o seu compromisso com a transparência e a confiabilidade nas práticas sustentáveis. Esta norma, globalmente reconhecida, é uma referência para auditorias neutras em sustentabilidade. Assim, reforça o compromisso da LIPOR com padrões elevados de responsabilidade corporativa, oferecendo garantias à comunidade e outras partes interessadas de que os seus relatórios refletem precisamente as suas ações sustentáveis. Essa escolha voluntária evidencia o alinhamento da LIPOR com as melhores práticas internacionais em responsabilidade empresarial (Dayankac, 2022).

Os resultados da investigação destacam a transição bem-sucedida da LIPOR para a adoção do RI a partir de 2019, refletindo um compromisso com a evolução das práticas de relato alinhadas às diretrizes do VRF. Os desafios enfrentados, como a rotatividade dos colaboradores, ressaltam a importância de uma abordagem adaptativa e da gestão de riscos.

O processo meticuloso e estruturado de elaboração do RI pela LIPOR destaca o compromisso da organização com a precisão e transparência. A colaboração interdepartamental, a verificação externa e o uso de ferramentas tecnológicas são evidências desse compromisso, proporcionando um processo robusto. A validação e verificação externas, conduzidas por uma entidade independente, reforçam a credibilidade do RI. A adesão às normas GRI e IIRC demonstra a conformidade da LIPOR com padrões internacionais, estabelecendo confiança nas informações apresentadas. Quanto ao impacto do RI na relação com *stakeholders*, embora não tenham sido identificadas mudanças significativas, a melhoria na comunicação ao longo do tempo pode fortalecer o relacionamento com as partes interessadas, proporcionando informações mais claras e abrangentes sobre o desempenho da empresa.

A ênfase contínua da LIPOR na transparência e no envolvimento ativo das partes interessadas evidencia uma abordagem estratégica sólida. A empresa não apenas cumpre os princípios do VRF, mas procura continuamente aprimorar as suas práticas, mantendo-se alinhada com os valores de sustentabilidade e responsabilidade corporativa.

Os resultados destacam que a LIPOR adotou o RI como parte de uma evolução estratégica, migrando de práticas anteriores de relato para abraçar uma abordagem mais abrangente. Os motivos subjacentes incluem o compromisso com a sustentabilidade, alinhamento com melhores práticas de relato e a procura por transparência e comunicação eficaz.

A análise do processo de elaboração do RI na LIPOR fornece *insights* cruciais sobre as etapas, metodologias e abordagens adotadas pela organização. A compreensão das reuniões de arranque, coordenação interdepartamental, fases de solicitação e adjudicação, e a importância da validação e verificação externas contribui diretamente para a descrição abrangente do processo.

Os resultados obtidos nesta investigação destacam desafios significativos, como a rotatividade de colaboradores, obstáculos burocráticos e a gestão de prazos associados a procedimentos públicos. A discussão sobre a resposta da LIPOR a omissões ou falta de dados relevantes aborda diretamente as dificuldades enfrentadas no processo de elaboração.

Neste estudo de caso verificamos que a LIPOR, ao adotar o RI como parte de sua abordagem orientada para a sustentabilidade, vai de encontro aos estudos de Montecalvo et al., (2018) e Farneti et

al., (2019). Estes autores sugerem que a aplicação do RI no setor público pode ajudar as organizações a melhorar os seus relatórios e a envolver mais as partes interessadas, como a comunidade e os cidadãos. A experiência da LIPOR pode oferecer *insights* sobre como as organizações do setor público podem adotar e adaptar práticas de relatórios mais abrangentes.

A discussão sobre a aplicação do RI no setor público, especialmente em estudos como o de Williams & Lodhia, (2021), ressalta a necessidade de uma abordagem adaptada. Isso pode provocar reflexões sobre como as práticas da LIPOR, voltadas para a sustentabilidade e responsabilidade corporativa, se ajustam ou não a um contexto mais amplo de adoção do RI no setor público.

Os resultados obtidos contribuem para o alcance dos objetivos estabelecidos nesta dissertação, fornecendo uma compreensão aprofundada dos motivos, do processo e das dificuldades associadas à elaboração do RI pela LIPOR. Essas conclusões consolidam o caráter informativo e analítico da dissertação, atendendo às expectativas delineadas nos objetivos de pesquisa.

7. Conclusão

A presente dissertação empreendeu uma análise abrangente do processo de aplicação prática do modelo de relato integrado do IIRC, utilizando a LIPOR como estudo de caso. Ao longo deste estudo, os objetivos primordiais delineados foram alcançados de forma aprofundada. Entre estes estão a realização de uma análise de conformidade ao longo de um período específico (2019 a 2022) para avaliar o alinhamento entre os relatos integrados da LIPOR e o modelo de RI proposto pelo IIRC (atual VRF), descrever o processo de elaboração desses relatórios e identificar as dificuldades enfrentadas durante esse processo. Também procurou-se entender se a adoção do modelo proposto levou ao desenvolvimento de processos internos de produção e preparação de informações de modo mais formal.

Neste estudo conduziu-se uma entrevista com uma representante da LIPOR, uma empresa do ramo da sustentabilidade e responsabilidade corporativa em Portugal, que adotou o modelo de RI proposto pelo VRF. Os resultados da entrevista forneceram *insights* valiosos sobre a prática de elaboração de RI e como a LIPOR lida com esse processo.

Em relação aos motivos para a elaboração de RI, foi evidente que a LIPOR reconhece a importância da transparência e do fornecimento de informações abrangentes e relevantes para as suas partes interessadas. Além disso, a empresa valoriza a integração das dimensões financeira e não financeira da sua atividade num único documento, alinhando-se com a abordagem proposta pelo VRF.

O processo de elaboração do RI da LIPOR foi descrito como um esforço conjunto, envolvendo a equipa de sustentabilidade e responsabilidade corporativa. Este processo é liderado por uma equipa dedicada que trabalha de forma colaborativa, envolvendo diferentes departamentos. O foco é na qualidade da informação, na interligação dos capitais e na prestação de contas em relação ao desempenho da empresa. A organização segue os princípios da norma AA1000 e mantém processos bem definidos para garantir a integração de informações de diversas fontes. Reconhece-se o RI como uma ferramenta eficaz para promover a transparência e a prestação de contas em relação aos grupos de interesse.

No que diz respeito às dificuldades, observam-se desafios como a necessidade de ajustar processos e documentos devido à evolução do modelo VRF e a complexidade de conciliar informações financeiras e não financeiras num único relatório. Também se identificou a mudança de colaboradores, a adaptação de novos membros na equipa e prazos associados a procedimentos públicos como obstáculos no processo de elaboração. No entanto, essas dificuldades são abordadas com um foco na mitigação de riscos e na otimização dos processos. A adaptação às mudanças e a manutenção da coerência ao longo de tempo são desafios cruciais para a LIPOR.

A revisão de literatura revela que o modelo VRF está alinhado com a Diretiva 2014/95/UE em termos de estrutura e elementos de conteúdo, o que facilita o cumprimento das obrigações de relato legal pela empresa. No entanto, é relevante observar que, devido ao porte da LIPOR, com cerca de 200 trabalhadores, a empresa não atinge o limiar estabelecido pela diretiva para "entidades de interesse público" com mais de 500 trabalhadores durante o exercício anual. Portanto, a LIPOR está isenta das obrigações específicas de divulgação impostas pela Diretiva 2014/95/UE. Embora este estudo não tenha avaliado diretamente o alinhamento do modelo de RI do VRF com os requisitos específicos desta diretiva, a pesquisa destaca que a LIPOR, ao adotar o modelo VRF, beneficia de uma estrutura que segue as melhores práticas internacionais e promove a transparência e responsabilidade corporativa.

A pesquisa também identificou uma evolução nos processos internos da LIPOR relacionados à produção e preparação de informações, com uma ênfase na qualidade e na coerência do RI. Embora o modelo do VRF tenha introduzido mudanças na forma como a empresa elabora o RI, o processo central de gestão da materialidade e a cultura de transparência já existentes na LIPOR servem como base sólida. A adoção do modelo aprimorou a qualidade e a estrutura do documento.

Considerando a análise de conformidade, a LIPOR demonstrou um sólido compromisso com os princípios de relatos integrados. No entanto, observou-se não conformidade na aderência à estrutura definida pela *framework*, sugerindo uma oportunidade de alinhamento mais rigoroso com as diretrizes do VRF. Com uma média de conformidade de 64,32% ao longo do período, a LIPOR destaca-se em áreas como foco estratégico, conectividade da informação e integração eficaz de elementos como modelo de negócios, riscos, oportunidades, estratégia e desempenho. Embora tenham sido identificadas áreas de aprimoramento na Perspetiva e na "Base para Preparação e Apresentação", a empresa mantém uma comunicação transparente, estabelecendo uma base sólida para melhorias contínuas em relatos integrados. Esta análise orientará futuras discussões e aprimoramentos no processo de RI da LIPOR.

Em suma, esta dissertação proporcionou uma visão sobre a elaboração de RI no contexto do modelo VRF, especialmente considerando o cenário específico da LIPOR. Os resultados obtidos contribuem para o entendimento das práticas de elaboração de RI em Portugal, especialmente no que diz respeito aos desafios enfrentados e ao alinhamento com regulamentações relevantes. A pesquisa forneceu *insights* importantes que podem beneficiar outras empresas que considerem a adoção de um relato integrado nos seus processos de comunicação de sustentabilidade e responsabilidade corporativa.

Este estudo contribui para o preenchimento de uma lacuna na literatura em Portugal sobre a temática do RI pelo VRF e o seu alinhamento com regulamentações europeias, além de fornecer uma base sólida para pesquisas futuras na área de relatos integrados. O tema do relato integrado é relativamente recente

e a falta de estudos aprofundados sobre o assunto em Portugal ressalta a necessidade de abordar questões cruciais.

Apesar dos *insights* substanciais fornecidos por este estudo sobre a adoção e aplicação do relato integrado pela LIPOR, algumas limitações merecem consideração. Uma delas é a restrição ao estudo de caso único, que pode limitar a generalização dos resultados. No entanto, a análise de conformidade dos relatos integrados da LIPOR forneceu uma perspetiva abrangente sobre a prática de relato da empresa. Uma limitação adicional reside no facto de se ter realizado apenas uma única entrevista a uma representante da empresa. Uma entrevista singular pode limitar a compreensão da dinâmica de trabalho entre os departamentos da LIPOR para a elaboração do RI. Ou seja, pode não capturar totalmente as interações e processos colaborativos que ocorrem dentro da organização. Portanto, essa limitação influencia a compreensão completa do processo de elaboração do RI e dos desafios enfrentados pela empresa.

Para uma investigação mais abrangente e precisa sobre a colaboração entre departamentos na elaboração do RI, seria necessário realizar múltiplas entrevistas com representantes de diversas áreas da organização. Isso permitirá uma visão mais completa e aprofundada das práticas e dinâmicas internas da LIPOR relacionadas ao RI. Além disso, poderá ser realizada uma análise comparativa ao longo do tempo dos relatos integrados publicados por várias empresas, utilizando o mesmo índice de análise desenvolvido para a LIPOR. Isso permitirá identificar tendências, padrões e melhores práticas em relação à elaboração e evolução do RI em diferentes contextos organizacionais, contribuindo para uma compreensão mais abrangente do impacto e eficácia desse tipo de relatório na comunicação de sustentabilidade e valor corporativo.

8. Apêndices

8.1. Apêndice A – Guião de entrevista

Questão introdutória

1. Como é que a Lipor tomou conhecimento do modelo de Relato Integrado apresentado pelo IIRC/VRF?
2. Quem deu início ao processo de tornar a elaboração do RI um objetivo da empresa?

Parte 1: Processo de elaboração do RI

3. Quem são os responsáveis pela elaboração do Relato Integrado na empresa? A que departamentos ou áreas da entidade pertencem?
4. Como é o processo de preparação para a elaboração do RI? Existem etapas definidas ou uma metodologia específica seguida?
5. Como é que a entidade garante que o RI atende às diretrizes do modelo proposto pelo IIRC? Há mecanismos de verificação e validação implementados? Como se realiza a avaliação da qualidade do relatório?

Parte 2: Motivação para a produção e publicação do RI

6. Quais são as motivações da empresa para produzir e publicar um RI? (2017 é o primeiro ano de publicação? – no RI de 2019 dizem “pelo 3.º ano consecutivo, apresentamos um RI)
7. Como é que o RI se alinha com os objetivos estratégicos e valores da empresa?
8. Quais são os principais benefícios percebidos pela empresa ao produzir e publicar um RI?

Parte 3: Dificuldades na elaboração do RI

9. Quais são as principais dificuldades que a empresa enfrenta ao elaborar um RI?
10. Como asseguram a integração das informações financeiras e não financeiras no Relato Integrado? Ou seja, como garantem a precisão, integridade e confiabilidade das informações contidas no RI, tendo em conta que provém de diferentes áreas e departamentos da entidade?
11. Como é que a Lipor aborda a falta de dados ou informações relevantes necessárias para a composição do RI? Que soluções encontram para preencher essas lacunas?
12. Quais são os maiores desafios em relação à identificação e gestão dos riscos e oportunidades relevantes para o RI?

Parte 4: Responsáveis e planeamento do processo

13. Quem é responsável por liderar e conduzir o processo de elaboração do RI? É uma equipa designada ou há um responsável individual?
14. Como são planeadas as tarefas e atividades relacionadas com a elaboração do RI?
15. Como a empresa assegura a coordenação entre as diferentes partes envolvidas na elaboração do RI?

Parte 5: Desenvolvimento de processos internos

16. A adoção do modelo do IIRC/VRF para a elaboração do RI influenciou o desenvolvimento de processos internos mais formais na empresa? Se sim, de que forma?
17. Quais são os processos internos específicos desenvolvidos para recolher, analisar e compilar as informações necessárias para o RI?
18. Como é a interação e coordenação entre as equipas e departamentos envolvidos na produção das informações para o RI?

Parte 6

19. Quais são os principais desafios e oportunidades que a empresa identificou a partir da elaboração e publicação do Relato Integrado? Houve mudanças significativas na forma como a empresa se relaciona com seus *stakeholders* e se posiciona no mercado?

8.2. Apêndice B – Consentimento da Entrevista

Informação ao participante

Este documento tem como objetivo garantir que o participante foi devidamente informado/a e esclarecido/a sobre as condições da sua participação na pesquisa em questão. A entrevista individual que se realizará tem como propósito identificar as dificuldades encontradas na elaboração do Relato Integrado (RI) e as vantagens percebidas nesse processo. O RI é visto como uma recente evolução no campo da contabilidade, e a sua participação é de fundamental importância para auxiliar a responder às questões centrais deste estudo.

Esta pesquisa faz parte da minha dissertação de mestrado em Contabilidade, sob a orientação da professora Maria Filomena Pregueiro Antunes Brás da Universidade do Minho. A entrevista terá uma duração aproximada de 40 minutos.

Para facilitar a recolha e análise da informação, solicito a sua autorização para gravar áudio e imagem durante a entrevista. Esta gravação será utilizada unicamente para fins de documentação e análise, contribuindo para a precisão do estudo.

As informações fornecidas durante a entrevista serão tratadas com a máxima confidencialidade. Apenas o pesquisador responsável, a orientadora e a entrevistada terão acesso a todas as informações recolhidas. O/A entrevistado/a consente que o seu nome seja mencionado nos resultados da pesquisa, incluindo a dissertação e outras publicações relacionadas, contribuindo para a transparência e credibilidade dos resultados.

A sua participação nesta entrevista é completamente voluntária. Tem o direito de interromper a entrevista a qualquer momento, sem qualquer penalização. Caso opte por retirar a sua participação, todas as informações já recolhidas serão destruídas, se assim o desejar. Ao continuar com a entrevista, considerarei o seu consentimento formal para participar na pesquisa nas condições descritas acima, incluindo a sua gravação.

Termo de consentimento informado

Declaro que:

- Aceito participar voluntariamente neste estudo.
- Li e compreendi todas as informações referidas acima neste documento.
- Fui devidamente informado/a e esclarecido/a acerca das condições e dos objetivos da participação neste estudo.
- Tive oportunidade de realizar perguntas e esclarecer quaisquer dúvidas que possam ter surgido.

Data: 27/09/2023

Participante: Mania do Cão Silva

Entrevistador(a): Flávia Simões Vianna

9. Referências

- A4S Accounting for Sustainability. (n.d.). *A4S aims*. Retrieved December 31, 2022, from <https://www.accountingforsustainability.org/content/a4s/corporate/en/about-us/overview.html>
- Abreu, S., Vieira, P., & Portelinha, R. (2021). *Gestão e Tratamento de Resíduos na Região Metropolitana do Porto - Estudo de Caso*. https://www.lipor.pt/fotos/editor2/PORTAL_2020/INTERNACIONAL/CASE_STUDY/AF_LIPOR_PT.pdf
- AccountAbility. (n.d.). *AA1000 AccountAbility Principles*. Retrieved November 8, 2023, from <https://www.accountability.org/standards/aa1000-accountability-principles/>
- AccountAbility. (2018). *AA1000 AccountAbility Principles*. 1–40.
- Atkins, J. F., Solomon, A., Norton, S., & Joseph, N. L. (2015). The emergence of integrated private reporting. *Meditari Accountancy Research*, 23(1), 28–61. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-01-2014-0002>
- Ball, A. (2004). A sustainability accounting project for the UK local government sector? Testing the social theory mapping process and locating a frame of reference. *Critical Perspectives on Accounting*, 15, 1009–1035. [https://doi.org/10.1016/S1045-2354\(02\)00209-5](https://doi.org/10.1016/S1045-2354(02)00209-5)
- Bebbington, J., Unerman, J., & O'Dwyer, B. (2014). *Sustainability accounting and accountability in the public sector* (2nd ed., Issue July). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315848419>
- Biondi, L., Dumay, J., & Monciardini, D. (2020). Using the International Integrated Reporting Framework to comply with EU Directive 2014/95/EU: can we afford another reporting façade? *Meditari Accountancy Research*, 28(5), 889–914. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-01-2020-0695>
- Burke, J. J., & Clark, C. E. (2019). The business case for integrated reporting: Insights from leading practitioners, regulators, and academics. *Journal of Cleaner Production*. <https://doi.org/10.1016/j.bushor.2016.01.001>
- Caraiani, C., Lungu, C. I., Bratu, A., & Dascălu, C. (2018, December 31). Exploring the perspectives of integrated reporting for future research opportunities. *Journal of Accounting and Management Information Systems*, 17(4), 532–565. <https://doi.org/10.24818/JAMIS.2018.04002>
- Carini, C., Rocca, L., Veneziani, M., & Teodori, C. (2018). Ex-Ante impact assessment of sustainability information - the directive 2014-95. *Sustainability*, 10(2), 560.
- Cho, C. H., Phillips, J. R., Hageman, A. M., & Patten, D. M. (2009). Media richness, user trust, and perceptions of corporate social responsibility: an experimental investigation of visual web site disclosures. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 22(6), 933–952. <https://doi.org/10.1108/09513570910980481>
- CMVM - *Agenda regulatória europeia*. (n.d.). Retrieved November 29, 2022, from https://www.cmvm.pt/pt/SDI/sustentabilidade/Pages/regulacao_sustentabilidade.aspx
- Dayankac, A. (2022). *AA1000 - Verificação de relatórios de sustentabilidade*. <https://www.dqsglobal.com/pt-pt/aprender/blog/aa1000-verificacao-de-relatorios-de-sustentabilidade#aa1000-verifizierung-von-nachhaltigkeitsberichten->

chapter02<https://www.accountability.org/insights/accountability-principles-course-now-available-on-earth-a>

- de Graaff, B., Steens, B., John Dumay, by, Zambon, S., & Magnaghi, E. (2023). Integrated reporting: exploring supervisory board members' perspectives on the motives, drivers and benefits. *Journal of Accounting & Organizational Change*, 19(2), 1832–5912. <https://doi.org/10.1108/JAOC-02-2021-0017>
- de Villiers, C., Rinaldi, L., & Unerman, J. (2014). Integrated reporting: Insights, gaps and an agenda for future research. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 27(7), 1042–1067. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-06-2014-1736>
- de Villiers, C., Venter, E. R., & Hsiao, P. C. K. (2017). Integrated reporting: background, measurement issues, approaches and an agenda for future research. *Accounting and Finance*, 57(4), 937–959. <https://doi.org/10.1111/ACFI.12246>
- Deloitte. (2021). *IIRC and SASB officially merge*. <https://www.iasplus.com/en/news/2021/06/vrf>
- Deloitte. (2022). *Integrated Reporting Framework (<IR> Framework)*. <https://www.iasplus.com/en/resources/sustainability/iirc>
- Di Vaio, A., Palladino, R., Hassan, R., & Alvino, F. (2020). Human resources disclosure in the EU Directive 2014/95/EU perspective: A systematic literature review. *Journal of Cleaner Production*, 257. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2020.120509>
- Dumay, J., & Dai, T. (2017a). Integrated thinking as a cultural control? *Meditari Accountancy Research*, 25(4), 574–604. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-07-2016-0067/FULL/PDF>
- Dumay, J., & Dai, T. (2017b). Integrated thinking as a cultural control? *Meditari Accountancy Research*, 25(4), 574–604. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-07-2016-0067>
- Dumay, J., & Hossain, M. A. (2019). Sustainability Risk Disclosure Practices of Listed Companies in Australia. *Australian Accounting Review*, 29(2), 343–359. <https://doi.org/10.1111/auar.12240>
- Erol, I., & Demirel, B. (2016). Investigation of Integrated Reporting As a New Approach of Corporate Reporting. *International Journal of Business and Social Research*, 6(10), 32. <https://doi.org/10.18533/ijbsr.v6i10.1002>
- Esch, M., Schnellbacher, B., & Wald, A. (2019). Does integrated reporting information influence internal decision making? An experimental study of investment behavior. *Business Strategy & the Environment (John Wiley & Sons, Inc)*, 28(4), 599–610. <https://doi.org/10.1002/bse.2267>
- European Union. (2014). Directive 2014/95/EU. *Official Journal of the European Union*, 214(330), 1–9.
- European Union. (2017). Guidelines on non-financial reporting (methodology for reporting non-financial information) (2017/C 215/01). *Official Journal of the European Union*, 2017(251), 1–20.
- Farneti, F., Casonato, F., Montecalvo, M., & de Villiers, C. (2019). The influence of integrated reporting and stakeholder information needs on the disclosure of social information in a state-owned

- enterprise. *Meditari Accountancy Research*, 27(4), 556–579. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-01-2019-0436>
- Fleming, J. (2013). *Proposed CSR rules too strong for business, too weak for civil society – EURACTIV.com*. <https://www.euractiv.com/section/all/news/proposed-csr-rules-too-strong-for-business-too-weak-for-civil-society/>
- Flower, J. (2015). The International Integrated Reporting Council: A story of failure. *Critical Perspectives on Accounting*, 27, 1–17. <https://doi.org/10.1016/J.CPA.2014.07.002>
- Frias-Aceituno, J. V., Rodríguez-Ariza, L., & García-Sánchez, I. M. (2012). *Is integrated reporting determined by a country's legal system? An exploratory study*. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2012.12.006>
- Goldkuhl, G. (2012). Pragmatism vs interpretivism in qualitative information systems research. *European Journal of Information Systems*, 21(2), 135–146. <https://doi.org/10.1057/EJIS.2011.54>
- Guthrie, J., Ball, A., & Farneti, F. (2010). Advancing Sustainable Management of Public and Not For Profit Organizations. *Public Management Review*, 12(4), 449–459. <https://doi.org/10.1080/14719037.2010.496254>
- Guthrie, J., Manes-Rossi, F., & Orelli, R. L. (2017). Integrated reporting and integrated thinking in Italian public sector organisations. *Meditari Accountancy Research*, 25(4), 553–573. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-06-2017-0155>
- Hoque, M. E. (2017). Why Company Should Adopt Integrated Reporting? *International Journal of Economics and Financial Issues*, 7, 241–248.
- Huang, X. “Beryl,” & Watson, L. (2015). Corporate social responsibility research in accounting. *Journal of Accounting Literature*, 34(1), 1–16. <https://doi.org/10.1016/j.acclit.2015.03.001>
- IFRS Foundation. (2021). *Value Reporting Foundation*. <https://www.ifrs.org/sustainability/value-reporting-foundation/>
- IFRS Foundation. (2022a). *IFRS Foundation completes consolidation with Value Reporting Foundation*. <https://www.ifrs.org/news-and-events/news/2022/08/ifrs-foundation-completes-consolidation-with-value-reporting-foundation/>
- IFRS Foundation. (2022b). *Value creation*. <https://www.integratedreporting.org/faqs/>
- IFRS Foundation. (2023). *About us / Integrated Reporting*. <https://www.integratedreporting.org/the-iirc-2/>
- International Integrated Reporting Council. (2021). *International < IR > Framework*. <https://www.integratedreporting.org/wp-content/uploads/2021/01/InternationalIntegratedReportingFramework.pdf>
- Iona, D., & Adriana, T.-T. (2013). New corporate reporting trends. Analysis on the evolution of integrated reporting. *Economic Science Series*, 22(1), 1221–1228.
- Irshaidat, R. (2022). Interpretivism vs. Positivism in Political Marketing Research. *Journal of Political Marketing*, 21(2), 126–160. <https://doi.org/10.1080/15377857.2019.1624286>

- Kinderman, D. (2016). Time for a reality check: Is business willing to support a smart mix of complementary regulation in private governance? *Policy and Society*, 35(1), 29–42. <https://doi.org/10.1016/J.POLSOC.2016.01.001>
- La Torre, M., Dumay, J., Rea, M. A., & Abhayawansa, S. (2020). A journey towards a safe harbour: The rhetorical process of the International Integrated Reporting Council. *British Accounting Review*, 52(2). <https://doi.org/10.1016/J.BAR.2019.100836>
- LIPOR. (n.d.). *Comunicação com as Partes Interessadas*. Retrieved November 13, 2023, from <https://www.lipor.pt/pt/aproximar/partes-interessadas/comunicacao-com-as-partes-interessadas/>
- LIPOR. (2018). *Relatório de Sustentabilidade 2018*.
- LIPOR. (2021). *Propósito, Missão e Política*. <https://www.lipor.pt/pt/sobre-nos/proposito-missao-e-politica/>
- LIPOR. (2022a). *Mecanismos de comunicação e envolvimento com as Partes Interessadas aos Tópicos Materiais de Sustentabilidade*. <https://www.lipor.pt/pt/aproximar/partes-interessadas/comunicacao-com-as-partes-interessadas/>
- LIPOR. (2022b). *Relatório Integrado 2022*. https://www.lipor.pt/fotos/bibliotecas/lipor_relatorio_integrado_2022_pt_web_ok_1299932095647e0b627b272.pdf
- LIPOR. (2023). *O Governo da Organização / Organograma*. <https://www.lipor.pt/pt/sobre-nos/o-governo-da-organizacao/organograma/>
- Lohar, B. K., & Soral, G. (2017). Integrated Reporting in India: A Case Study of BSE 100 Constituents. *Amity Business Review*, 18(2), 62–76. <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=bth&AN=128926995&site=eds-live>
- Manes-Rossi, F. (2018). Is integrated reporting a new challenge for public sector entities? *African Journal of Business Management*, 12. <https://doi.org/10.5897/ajbm2018.8498>
- Marshall, C., B. Rossman, G., & L. Blanco, G. (2021). *Designing Qualitative Research* (seventh ed). SAGE Publications, Inc.
- McDaniel, C., & Gates, R. (2016). *Marketing Research Essentials* (9th Editio). Wiley.
- Monciardini, D. (2016). The “coalition of the unlikely” driving the EU regulatory process of non-financial reporting. *Social and Environmental Accountability Journal*, 36(1), 76–89.
- Montecalvo, M., Farneti, F., & Villiers, C. (2018). The potential of integrated reporting to enhance sustainability reporting in the public sector. *Public Money & Management*, 38, 365–374. <https://doi.org/10.1080/09540962.2018.1477675>
- Robson, C. (2002). *Real World Research* (2nd ed.). Oxford: Blackwell.
- Saunders, M., Lewis, P., & Thornhill, A. (2015). *Research Methods for Business Students*. <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsebk&AN=1419381&site=eds-live>

- Schönborn, G., Berlin, C., Pinzone, M., Hanisch, C., Georgoulas, K., & Lanz, M. (2019). Sustainable Production and Consumption Why social sustainability counts: The impact of corporate social sustainability culture on financial success. *Sustainable Production and Consumption*, *17*, 1–10. <https://doi.org/10.1016/j.spc.2018.08.008>
- Serafeim, G. (2015). Integrated reporting and investor clientele. *Journal of Applied Corporate Finance*, *27*, 34–51.
- Stent, W., & Dowler, T. (2015). Early assessments of the gap between integrated reporting and current corporate reporting. *Meditari Accountancy Research*, *23*(1), 92–117. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-02-2014-0026>
- The Prince's Accounting For Sustainability Project, & The Global Reporting Initiative. (2010). Formation of the International Integrated Reporting Committee (IIRC). *Press Release*, *616–618*, 1913–1917. www.integratedreporting.org.
- Thomson, I. (2015). “But does sustainability need capitalism or an integrated report” a commentary on “The International Integrated Reporting Council: A story of failure” by Flower, J. *Critical Perspectives on Accounting*, *27*, 18–22. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2014.07.003>
- Tilt, C., Xydias-Lobo, M., & Reynolds, G. (2018). Integrated Reporting & Sustainability: A Note on Perceptions of the Accounting Profession. *Management Accounting Frontiers*, *1*, 45–64. <https://doi.org/10.52153/prj1112001>
- Veltri, S., & Silvestri, A. (2015). The Free State University integrated reporting: a critical consideration. *Journal of Intellectual Capital*, *16*(2), 443–462. <https://doi.org/10.1108/JIC-06-2014-0077>
- Williams, B., & Lodhia, S. (2021). Integrated reporting in public sector organisations: A study of Australian local councils. *Journal of Environmental Management*, *280*(December 2020), 111833. <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2020.111833>

10. Anexos

10.1. Anexo A – Sumário das Exigências <IR>

FORMA DE RELATO E RELAÇÃO COM OUTRAS INFORMAÇÕES

Um relato integrado deve ser uma comunicação designada e identificável.

Aplicação da Estrutura

Qualquer comunicação, que afirme ser um relato integrado, e faça referências à Estrutura, deve atender a todas as exigências identificadas em negrito e itálico, a menos que:

- a indisponibilidade de informação confiável ou proibições legais específicas causem uma incapacidade de divulgar informações relevantes;
- a divulgação de informação relevante cause um dano concorrencial significativo.

Em caso de indisponibilidade de informações confiáveis ou de proibições legais específicas, um relato integrado deve:

- indicar a natureza da informação omitida;
- explicar a razão da omissão;
- em caso de indisponibilidade de dados, ele deve identificar as medidas tomadas para obter a informação e o prazo esperado para que isto aconteça.

Responsabilidade por um relato integrado

Um relatório integrado deve incluir uma declaração dos encarregados da governança com:

- o reconhecimento de sua responsabilidade por assegurar a integridade do relatório integrado;
 - o reconhecimento de terem aplicado o pensamento coletivo na preparação e na apresentação do relatório integrado;
 - sua opinião ou conclusão quanto à apresentação do relatório integrado de acordo com esta estrutura;
- ou, se ele não contiver tal declaração, ele deve explicar:
- O papel desempenhado pelos responsáveis pela governança na preparação e na apresentação do relato integrado;
 - As medidas que estão sendo tomadas para incluir tal declaração em relatórios futuros;
 - O prazo para fazê-lo, que não deverá ultrapassar o terceiro relatório integrado da organização que faça referência a esta estrutura.

PRINCÍPIOS BÁSICOS

Foco estratégico e orientação para o futuro

Um relatório integrado deve oferecer uma visão da estratégia da organização e como ela se relaciona com a capacidade da organização de gerar valor em curto, médio e longo prazo, bem como com seu uso e seus impactos sobre os capitais.

Conectividade da informação

Um relatório integrado deve mostrar uma imagem holística da combinação, do inter-relacionamento e das dependências entre os fatores que afetam a capacidade da organização de gerar valor ao longo do tempo.

PRINCÍPIOS BÁSICOS

Relações com partes interessadas

Um relatório integrado deve prover uma visão da natureza e da qualidade das relações que a organização mantém com suas principais partes interessadas, incluindo como e até que ponto a organização entende, leva em conta e responde aos seus legítimos interesses e necessidades

Materialidade

Um relatório integrado deve divulgar informações sobre assuntos que afetam, de maneira significativa, a capacidade de uma organização de gerar valor em curto, médio e longo prazo

Concisão

Um relatório integrado deve ser conciso.

Confiabilidade e completude

Um relatório integrado deve abranger todos os assuntos relevantes, tanto positivos quanto negativos, de maneira equilibrada e isento de erros materiais.

Coerência e comparabilidade

As informações em um relatório integrado devem ser apresentadas:

- Em bases que sejam coerentes ao longo do tempo
- De maneira a permitir uma comparação com outras organizações na medida em que seja material para a capacidade da própria organização de gerar valor ao longo do tempo.

ELEMENTOS DO CONTEÚDO

Visão geral organizacional e ambiente externo

Um relatório integrado deve responder à pergunta: “O que a organização faz e quais são as circunstâncias em que ela atua?”

Governança

Um relatório integrado deve responder à pergunta: “Como a estrutura de governança da organização apoia sua capacidade de gerar valor em curto, médio e longo prazo?”

Modelo de negócio

Um relatório integrado deve responder à pergunta: “Qual é o modelo de negócios da organização?”

Riscos e oportunidades

Um relatório integrado deve responder à pergunta: “Quais são os riscos e oportunidades específicos que afetam a capacidade que a organização tem de gerar valor em curto, médio e longo prazo, e como a organização lida com eles?”

ELEMENTOS DO CONTEÚDO

Estratégia e alocação de recursos

Um relatório integrado deve responder à pergunta: “Para onde a organização deseja ir e como ela pretende chegar lá?”

Desempenho

Um relatório integrado deve responder à pergunta: “Até que ponto a organização já alcançou seus objetivos estratégicos para o período?”

Perspetiva

Um relatório integrado deve responder à pergunta: “Quais são os desafios e as incertezas que a organização provavelmente enfrentará ao perseguir sua estratégia, e quais são as potenciais implicações para seu modelo de negócios e seu desempenho futuro?”

Base para preparação e apresentação

Um relatório integrado deve responder à pergunta: “Como a organização determina os temas a serem incluídos no relatório integrado e como estes temas são quantificados ou avaliados?”

Fonte: International Integrated Reporting Council, 2021, pp.55-56

10.2. Anexo B – Mapeamento dos *Stakeholders*

Mecanismos de comunicação e envolvimento com as Partes Interessadas aos Tópicos Materiais de Sustentabilidade				
CAUSA	PARTES INTERESSADAS	MECANISMOS DE COMUNICAÇÃO E ENVOLVIMENTO	PERIODICIDADE	IMPACTO
Promover uma comunicação organizacional transparente, através da partilha de conhecimento	Clientes	Inquérito de Satisfação aos Clientes	Semestral	Responde assertivamente às expectativas, aspirações e necessidades dos Clientes
		Parcerias Estratégicas	Ao longo do ano	
		Área específica para Clientes e Fornecedores no portal LIPOR		
		Portal LIPOR e outros Suportes de Comunicação	Diário	
		Seminários/Workshops/Webinars	Ao longo do ano	
		Visitas Técnicas		
Dotar de conhecimentos essenciais e/ou complementares à atividade profissional	Colaboradores	Formação e capacitação em diversas áreas	Ao longo do ano	Reforço das competências individuais e desenvolvimento de mecanismos de motivação
		Visitas Técnicas		
		Grupos de trabalho internos		
		Grupos de trabalho externos		
		Formação Interna de Quadros		
		Conversas de Inovação		
		Jogos de Tabuleiro Estratégia		

Mecanismos de comunicação e envolvimento com as Partes Interessadas aos Tópicos Materiais de Sustentabilidade

CAUSA	PARTES INTERESSADAS	MECANISMOS DE COMUNICAÇÃO E ENVOLVIMENTO	PERIODICIDADE	IMPACTO
Informar sobre normas/procedimentos de relações no trabalho	Colaboradores	Formação de Acolhimento	No ato de entrada do colaborador	Alicerça a cultura organizacional
		Código de Ética	Ao longo do ano	
		Comunicados Internos		
		Informações e Ordens de Serviço		
		Promoção de Eventos e Iniciativas Internas		
		Acordo Coletivo de Trabalho da Lipor		
		Estatutos LIPOR		
		Sessões Estratégicas		
		Intranet		
		TV Corporativa		
		Formações		
		Lipor News		
Yammer				
Reporte de preocupações, incluindo situações relacionadas com Direitos Humanos		Caixas de Sugestões físicas e digitais	Diário	Proporciona o bem-estar e garante a equidade na Organização
		Representante Trabalhadores	Ao longo do ano	
		Equipa de Desempenho Social (EDS)		
		Visitas de Responsabilidade Social	Trimestralmente	
		Comissão de Ética		

Mecanismos de comunicação e envolvimento com as Partes Interessadas aos Tópicos Materiais de Sustentabilidade

CAUSA	PARTES INTERESSADAS	MECANISMOS DE COMUNICAÇÃO E ENVOLVIMENTO	PERIODICIDADE	IMPACTO
Reporte de preocupações, incluindo situações relacionadas com Direitos Humanos	Colaboradores	Canal de Denúncia Interno	Trimestralmente	Proporciona o bem-estar e garante a equidade na Organização
Divulgar e comunicar internamente acontecimentos, iniciativas e processos de mudança promovidos pela LIPOR	Colaboradores	E-marketing	Sempre que necessário	Garante colaboradores mais conhecedores da atividade da Organização
		Redes Sociais	Diário	
		Intrante LIPOR		
		TV Corporativa		
		Portal LIPOR		
		Eventos Comunicar a Estratégia "Energia L"		
		Yammer		
Fomentar o bem-estar social e proporcionar uma melhor qualidade de vida às Comunidades locais	Colaboradores/Comunidade	Apoios e Patrocínios	Ao longo do ano	Dissemina boas práticas de responsabilidade social corporativa
		Protocolos		
		Cedência de Auditórios		
		Ferramenta Medição do Impacto Social		
		Operação Tampinhas	Ao longo do ano/Evento Anual de entrega de equipamento	
		Parcerias de Responsabilidade Social	Ao longo do ano	
		SEMENTE - Associação de Voluntários LIPOR	Ao longo do ano/Plano de Iniciativas específicas	

Mecanismos de comunicação e envolvimento com as Partes Interessadas aos Tópicos Materiais de Sustentabilidade

CAUSA	PARTES INTERESSADAS	MECANISMOS DE COMUNICAÇÃO E ENVOLVIMENTO	PERIODICIDADE	IMPACTO
Fomentar o bem-estar social e proporcionar uma melhor qualidade de vida às Comunidades locais	Colaboradores/Comunidade	CCD - Centro Cultural e Desportivo LIPOR	Ao longo do ano/Plano de Iniciativas específicas	Dissemina boas práticas de responsabilidade social corporativa
Incentivar a cooperação entre a LIPOR e respetivos Fornecedores	Fornecedores	Avaliação de Fornecedores	Semestral	Estabelece um compromisso a médio-longo prazo: corresponsabilização
		Código de Conduta de Fornecedores	Disponível nos suportes de comunicação ao longo do ano Enviado sempre que há um Fornecedor novo	Estabelece um compromisso a médio-longo prazo: corresponsabilização
		Área específica para Clientes e Fornecedores no portal LIPOR	Diário	
		Portal LIPOR		
Relatar, divulgar e acompanhar os temas materiais	Multistakeholder	Grupos de trabalho Compras Circulares	Ao longo do ano	Garante uma comunicação e transparente, respondendo às necessidades e expectativas das Partes Interessadas
		Grupo Interno das Partes Interessadas	Ao longo do ano	
		Barómetro Social na TV corporativa	Mensalmente	
		e.News	Ao longo do ano	
		Portal LIPOR		
Relatório Integrado				

Mecanismos de comunicação e envolvimento com as Partes Interessadas aos Tópicos Materiais de Sustentabilidade

CAUSA	PARTES INTERESSADAS	MECANISMOS DE COMUNICAÇÃO E ENVOLVIMENTO	PERIODICIDADE	IMPACTO
Sensibilizar o cidadão comum para a problemática dos resíduos urbanos, bem como informá-lo sobre a atividade principal da LIPOR, enquanto entidade responsável pela gestão, valorização e tratamento dos resíduos urbanos do Grande Porto	Multistakeholder	Campos de férias	3x/ano	Estimula mudanças de atitudes e comportamentos nos Cidadãos, tornando-os ambiental e socialmente mais responsáveis
		Temos de Falar (Podcast)	Ao longo do ano	
		Academia LIPOR	Plano de formação ao longo do ano	
		Estratégia de Comunicação, Educação e Intervenção Ambiental	Ao longo do ano	
		Parque Aventura	Maio a outubro - 3 ^a e 5 ^a para Grupos Organizados de fins-de-semana aberto a todos	
		Trilho Ecológico	Diário	
		Eventos Temáticos	Ao longo do ano	
		Semana Europeia da Prevenção dos Resíduos	Anual	
		Seminários/Workshops/Webinares	Ao longo do ano	
		Visitas de estudo/técnicas presenciais e online Casa do Corim		
Divulgar e comunicar, interna e externamente, projetos e iniciativas promovidas pela LIPOR		Auscultação Stakeholders	Bienal	Gera reconhecimento da Marca LIPOR e favorece a fidelidade
		Press Releases	Ao longo do ano	

Mecanismos de comunicação e envolvimento com as Partes Interessadas aos Tópicos Materiais de Sustentabilidade

CAUSA	PARTES INTERESSADAS	MECANISMOS DE COMUNICAÇÃO E ENVOLVIMENTO	PERIODICIDADE	IMPACTO
Divulgar e comunicar, interna e externamente, projetos e iniciativas promovidas pela LIPOR	Multistakeholder	Assinaturas do Correio Eletrónico	Ao longo do ano	Gera reconhecimento da Marca LIPOR e favorece a fidelidade
		e.Marketings	Semanal	
		e.News em Português e em Inglês		
		Portal LIPOR	Diário	
		Redes Sociais: Facebook LIPOR; Facebook Parque Aventura; Facebook Nutrimais; Instragram; LinkedIn; Twitter; Youtube; Central Telefónica (Spots)		
		TV Corporativa		
		Site Nutrimais		
	Clientes Internacionais	Grupos de trabalho externos	Ao longo do ano	
		Apresentação Institucional	Semanal	
		Área da e.news - Lipor Internacional		
		E.news em Inglês	Mensal	
		Portal LIPOR Inglês	Diário	
		Apresentação Institucional	Ao longo do ano	
Visitas Técnicas				
Filme Promoção Internacional				

Mecanismos de comunicação e envolvimento com as Partes Interessadas aos Tópicos Materiais de Sustentabilidade				
CAUSA	PARTES INTERESSADAS	MECANISMOS DE COMUNICAÇÃO E ENVOLVIMENTO	PERIODICIDADE	IMPACTO
Divulgar e comunicar, interna e externamente, projetos e iniciativas promovidas pela LIPOR	Associações e Parceiros Internacionais	E.news em Inglês	Mensal	Gera reconhecimento da Marca LIPOR e favorece a fidelidade
		Portal LIPOR Inglês	Diário	
		Grupos de trabalho	Ao longo do ano	
		Apresentação Institucional		
		Visitas técnicas		

Fonte: LIPOR, (2022a)